



Miguel Relvas

"É irresponsável querer chantagear os partidos na questão do Orçamento"

Um país de desempregados

Marco António Costa

POVO LIVRE



nº 1655

8 de Setembro de 2010

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

"Não temos pressa de chegar ao Governo mas não estamos distraídos"

Pedro Passos Coelho no encerramento da Universidade de Verão



Orçamento do Estado deve incluir medidas de incentivo ao emprego

Deputados do Porto pedem explicações ao Governo sobre o desvio de verbas comunitárias

Desemprego continua a ser o maior problema dos Açores

Pedro Passos Coelho avisa o PS que não cederá a chantagens



EDITORIAL

O Partido Socialista é a organização política mais conservadora de Portugal

O Partido Socialista é a organização política mais conservadora do nosso país. Incrustado no seu aparelho partidário, refém dos grupos profissionais que têm sustentado a sua intervenção política em Portugal e que têm alimentado os seus quadros políticos, o Partido Socialista tem resistido, ao longo das décadas da nossa democracia afirmada, às transformações e evoluções impulsionadas pela sociedade. Só mais tarde, passados alguns anos, o Partido Socialista adere às realidades entretanto conformadas.

Portugal beneficiou de um enorme pulo e avanço, na sua transformação, no bem-estar dos seus cidadãos, há mais de duas décadas. De então até agora, o Partido Socialista beneficiou do voto de confiança dos portugueses. Mas, de então até agora, o país retrocedeu, as transformações foram anestesiadas e o bem-estar dos portugueses agudizou. O Estado engordou, ficou pesado e insustentável na maioria das vertentes da sua intervenção. O Partido Socialista está condenado ao situacionismo, ao congelamento da sociedade e da sua dinâmica. Na dúvida, não promove a evolução. O Partido Socialista é a organização política mais conservadora de Portugal.

Em contraponto, todos os pulos e avanços que a economia, a sociedade e o bem-estar que os portugueses usufruíram, foram promovidos, assumidos e defendidos pelo PSD. Assim aconteceu ao longo das décadas da nossa democracia.

Agora, mais do que nunca, mais do que o país necessita, o PSD é presidido por alguém preparado, lúcido, arrojado e determinado. Alguém que sabe para onde vai e a quem o país, continuamente, confiará o seu futuro. Pedro Passos Coelho será o Primeiro-Ministro de Portugal. E será o Primeiro-Ministro de Portugal que marcará a próxima década de sustentabilidade, de desenvolvimento e de evolução do bem-estar e da progressão de todos nós. Para todos nós e para os nossos filhos. - Miguel Santos



O encerramento da Universidade de Verão da JSD e PSD, foi marcado, como é da tradição, por um discurso programático e de fundo do presidente do nosso Partido.

Foi o primeiro discurso que Pedro Passos Coelho proferiu nesta circunstância específica e estava rodeado de grande expectativa, visto que Sócrates, na véspera, tinha feito o seu discurso de "rentrée" em Matosinhos; e além de ter proferido afirmações claramente falsas em relação a intenções e declarações do PSD (incluindo a invenção de que desejaríamos acabar com o "Estado Social" e que queríamos permitir o "livre despedimento") tinha sido verbalmente violento para com os sociais-democratas, a raiar a falta de educação e o vitupério.

Aconteceu que Passos Coelho, com notável tranquilidade e argumentação lógica, destruiu - sem sequer necessidade de o citar - o discurso "socrático" e a sua pseudo-argumentação, erguendo uma construção programática, que não deixou dúvidas quanto ao caminho que o PSD quer - e vai - percorrer nos tempos conturbados que teremos de viver no futuro próximo.

Houve duas frases-chave no discurso do nosso Presidente e aqui as realçamos:

"Não temos pressa de chegar ao Governo, mas não estamos distraídos". A outra é que o PS não deve contar com o PSD para "ser muleta do PS ou de qualquer Orçamento" de Estado (OE).

E repetiu as condições para viabilizar o Orçamento: cortes na despesa e manutenção das deduções fiscais.

E agora, Passos Coelho já não se fica só pelas exigências para o OE, pois quer que o Governo apresente, antes do Orçamento, "uma avaliação das medidas acordadas com o PSD para conter a despesa pública".

Estas frases são fundamentais porque traduzem a opinião geral do PSD: que "o PSD foi enganado pelo primeiro-ministro" quando "deu garantias que não cumpriu" (cortes na despesa), quando o PSD contribuiu para a aprovação do chamado Plano de Estabilidade e Crescimento II, e que não deixaremos que o partido fique ligado a um OE em que esses cortes não fiquem claros. E que o PSD está preparado para ir para eleições a qual-

quer momento. «Não temos pressa, mas não estamos distraídos!» conforme disse o Presidente.

É tempo do PS não viver da "chantagem" do desencadeamento da crise política!

Como estamos em tempo de Orçamento do Estado para 2011, Passos Coelho reiterou a primeira condição irreversível para um voto não-desfavorável, já enunciadas a 13 de Julho, nas jornadas parlamentares do partido, e repetidas na Festa do Pontal, a 14 de Agosto: "Combata a despesa, não aumentem os impostos". Ou seja: mantenham as deduções devidas no IRS e diminuam as despesas do Estado. "Chega de ir ao bolso do cidadão!"





Passos Coelho exigiu que o Governo, “antes de apresentar o Orçamento do Estado, apresente uma avaliação das medidas que foram decididas com o PSD para contenção da despesa pública”.

O presidente do PSD exigiu também que “o Governo ponha rapidamente cá fora as continhas todas sobre o que se passou com o BPN e, depois disso, então que avance com uma reprivatização do BPN, mas não ao contrário”.

Na sua intervenção, Passos Coelho reiterou que “o PSD colocou duas condições mínimas para viabilizar o Orçamento do Estado” para 2011: “o Governo fixar objectivos mais ambiciosos para cortar na despesa” e não ir “ao bolso dos portugueses mais vez nenhuma”.

“Querem fazer do PSD a muleta do PS e de qualquer orçamento que este partido apresente, apenas porque o Presidente da República não pode convocar novas eleições nos termos da Constituição e porque o PS e o Governo não estão na disponibilidade de emagrecer as contas públicas como deviam e é uma perversão do sistema democrático”, considerou, depois.

“E não percebo, devo dizer, como é que tantos analistas que têm sempre uma visão tão ampla destas responsabilidades não denunciam esta falsidade democrática em que estamos a cair, que é um Governo que perdeu a

maioria absoluta, por nenhuma outra responsabilidade que não a sua própria e pela vontade dos portugueses, fazer chantagem com os partidos da oposição para que lhes deixem fazer aquilo que os portugueses não quiseram que eles continuassem a fazer quando decidiram nas últimas eleições”, acrescentou.

Segundo Passos Coelho, invocando a “justiça social”, o que o Governo pretende ao cortar nas deduções fiscais é reduzir o défice sem “fazer o seu trabalho de casa” de diminuir a despesa, decidindo que “os portugueses pagam de qualquer maneira”.

“E os socialistas afirmam, despudoradamente, que se os contribuintes não pagarem de qualquer maneira, é porque há um partido da oposição (irresponsável - e seríamos nós, o PSD) que não nos deixa ‘ir ao bolso dos portugueses’. É esta a situação que estamos a viver”, completou o presidente do PSD, recebendo um grande aplauso.

O líder social-democrata rejeitou a ideia de ser “muleta” do PS para a aprovação de um Orçamento com o qual não concorde, apenas porque o Presidente da República já não pode convocar eleições (a partir da próxima quinta-feira).

“É uma perversão do sistema democrático”, assegurou Passos Coelho, que desmascarou a “chantagem” do executivo sobre os partidos de Oposição.

Afinal, a ideia de que a partir do 6.º escalão do IRS se poderiam cortar aquelas deduções, a partir do momento em que esses cortes fosse compensados para aumentar os montantes das mesmas, dando-os como benefício aos escalões mais baixos do IRS. Ou seja, haveria uma redistribuição directa de benefícios que não contribuiria para mais receita fiscal, mas também não a diminuiria. O facto de o Governo não optar por esta solução levou o presidente social-democrata a concluir que não existe preocupação com a “injustiça social”, mas apenas “a coberto dessa “pseudo-justiça” ir buscar para o Estado mais 450

milhões de euros em 2011, o mesmo em 2012 e 2013”.

O presidente do PSD utilizou várias vezes as expressões “ilusionismo” e “arrogância” para caracterizar um executivo que escolhe o caminho mais fácil para as contas e que é “ir ao bolso dos portugueses” e que o PSD, como partido responsável, não o pode permitir. “O que se está a fazer e se prepara para continuar, “...é uma perversão do Estado democrático e é preciso acabar com esta arrogância”, afirmou Passos Coelho, sob os aplausos da assistência.

Ainda relativamente às modificações constitucionais, o líder social-democrata apenas afirmou, com grande força, a ideia de que o PSD quer acabar com o Estado social é falsa.

O seu projecto do PSD é o de tornar Estado “mais forte, mais digno e mais justo”. Na sua opinião, este momento constitui uma grande oportunidade para fazer a “última grande revisão da Constituição”, que tem “sido usada para criar um falso clima de tensão no País”. O presidente social-democrata deu a entender que este clima se destina a desviar a atenção dos reais problemas nacionais e de muitas despesas públicas injustificadas. A título de exemplo, lembrou que enquanto em Inglaterra o primeiro-ministro “pôs os Ministros, fora dos actos oficiais, a andar de transportes públicos”, o Estado português comprou 2500 viaturas no valor de 35 milhões de euros. «Isto é que é moralidade e boa administração?», interrogou-se e interrogou os assistentes.

«Foi dito, sem qualquer rigor, e sem outro propósito que não o de assustar o país, que nós queremos acabar com a escola pública, queremos acabar com a saúde pública e queremos o livre despedimento em Portugal. E, com esta trilogia, de ataque descabelado e falso ao PAS, já há agora quem ache que vale a pena discutir a revisão constitucional» disse Passos Coelho.

“Imaginem, todos aqueles que têm até hoje dito que não é oportuno, que o PSD só devia suscitar esta questão depois das presidenciais, que esta questão não é importante...”

Para esses senhores, em dois meses, isto passou a ser importantíssimo”, observou., acusando novamente o PS de “falta de decoro” e de querer “criar um clima de falsa tensão no país”, reiterando que a sua intenção é retirar carga ideológica à Constituição da República portuguesa.

O presidente do PSD considerou que se trata de “uma tarefa difícil”, que implica “o envolvimento do PS”, referindo que nas revisões passadas, “depois de muita insistência, o PS veio atrás de nós”.

“E de cada vez que foi feita uma grande revisão da nossa Constituição, o País viveu melhor. Nós temos agora a oportunidade de fazer uma última grande revisão da Constituição. E, depois disso, se a conseguirmos fazer, talvez possamos ficar como aqueles países mais normais que não têm de andar a cada cinco anos a mexer na sua Lei Fundamental”, argumentou.

Justiça e Economia Social

Passos Coelho não falou muito de Justiça, mas não deixou de criticar duramente a duração do processo Casa

Pia, apontando a justiça como exemplo de uma área em que o Estado deve centrar-se, dando espaço à sociedade noutras.

O líder social-democrata defendeu que é preciso “encontrar um novo contrato entre o Estado e a sociedade civil” em Portugal e anunciou que o nosso partido vai apresentar no Parlamento um projecto de lei de bases da economia social, um sector que tem sido “desconhecido, negligenciado e mal-tratado”

“Nós precisamos de um Estado mais presente naquilo que não podemos delegar em mais ninguém”, declarou.

“Nós não queremos um Estado que ofereça uma justiça que, como agora se viu, concluiu ao fim de oito anos um processo penal, que promete ter ainda mais três anos de recursos em tribunais superiores. Uma justiça que pode demorar até onze anos a fechar-se e a transitar em julgado, não é uma justiça. E nós não podemos ter em Portugal uma justiça privada. Esta só pode ser uma função do Estado, e não está bem”, acrescentou o presidente do PSD.

Segundo Passos Coelho, “o terceiro sector, da chamada economia social, é cada vez mais relevante e vai ser cada vez mais importante para futuro: na área da saúde, na educação, na área até da segurança social e da habitação” e é preciso “garantir o apoio da sociedade e do Estado a essas instituições, que estão muito presentes e têm a capacidade para oferecer um trabalho mais humanizado, mais racional e mais próximo das pessoas que precisam desse apoio”.

O presidente do PSD assumiu “o compromisso de tornar toda esta área da economia social como um dos objectivos mais relevantes nos próximos tempos”.

A proposta de lei de bases da economia social que o PSD vai apresentar foi enquadrada desta forma: “Quando o Estado dá um apoio, através dos impostos que cobra, está apenas a retribuir aquilo que a sociedade lhe dá. O dinheiro não é do Estado, o dinheiro é nosso, de todos nós. Não é justo que o Estado queira ficar com todo esse dinheiro apenas para a oferta pública e não possa apoiar aqueles que têm uma oferta social que é importantíssima para o país”.

“E, portanto, não queremos que o Estado faça concorrência desleal com o nosso dinheiro a estas instituições que não buscam o lucro”.

Já a terminar, Passos Coelho ainda lembrou que as propostas - e note-se, são apenas “propostas”, para serem estudadas e discutidas - de alterações à Constituição, têm sido usadas dolosamente, para criar um “clima de falsa tensão” no País.

Batendo-se pela ideia que o primeiro-ministro tem amontoado falsidades sobre tais propostas, sociais-democratas de alteração da Lei Fundamental, Passos Coelho fez um apelo aos portugueses que acreditem no seu projecto, e lhe concedam a possibilidade de governar sem a ajuda do PS.

Assim fechou esta Universidade de Verão, e assim o nosso Presidente, sem insultos, numa linguagem calma, usando muito mais a lógica e a inteligência que a emotividade, mais uma vez conquistou o PSD e - para além disso - os Portugueses! - *Povo Livre, fotos Luis Saraiva*



Uma festa no Pontal como há muito não se via

Presidente, Secretário-Geral, Vice-Presidentes e ex-governantes, entre o entusiasmo de milhares de militantes

Antonieta Guerreiro (*)



«Com tranquilidade, mas também com muita audácia, estamos preparados para fazer as reformas importantes que Portugal precisa» – disse Passos Coelho na Festa que marcou a “rentrée” política do PSD.

Entrando pela porta lateral do recinto, acompanhado pela JSD/Algarve e José Mendes Bota, presidente da distrital de Faro, Pedro Passos Coelho foi recebido em euforia, por uma multidão de militantes que o esperava, no dia 14 de Agosto, no Lado Nascente do Calçadão de Quarteira, onde se realizou a edição da Festa do Pontal de 2010.

Aos algarvios juntaram-se largas centenas de militantes e simpatizantes, oriundos de todo o país, os quais não cessavam de entrar pela porta principal: duas horas depois de o líder ter chegado ao recinto, ainda havia pessoas a comprar o seu bilhete para jantar e ouvir, ao vivo o próximo Primeiro-Ministro de Portugal.

Espalhados pela mesa de honra e outras honrosas mesas junto às bases do PSD, foram inúmeras as personalidades sociais-democratas que quiseram estar presentes, numa manifestação impressionante de unidade partidária. Além dos líderes nacional e distrital já mencionados, marcaram presença, Miguel Relvas, secretário-geral do PSD, Marco António Costa e Jorge Moreira da Silva, vice-presidentes da CPN, Calvão da Silva, presidente do

CJN, dezasseis presidentes de Comissões Políticas Distritais, muitos deputados à Assembleia da República, presidentes de câmara do Algarve e de outras partes do País, inúmeras personalidades e ex-governantes como João de Deus Pinheiro, Ângelo Correia, o ex-presidente do Partido, Luís Filipe Menezes, Mira Amaral, Vasco Rato, Arlindo Cunha, Fernando Negrão, Hermínio Loureiro, Arménio Santos, Maria da Graça Carvalho, Arlindo de Carvalho, Luis Montenegro - e esta é uma lista que só pode pecar por escassa, tantas foram as presenças naquela mole humana.

Paula Teixeira da Cruz, vice-presidente do PSD não podendo estar presente enviou uma mensagem de saudação que foi lida durante o evento.

A animação esteve a cargo do grupo algarvio “José Praia e os Aquaviva”, que ao longo de todo o jantar desfilaram dezenas de músicas portuguesas desde o Minho ao Algarve, sem esquecer os Açores e a Madeira.

O início dos discursos no fim do jantar, marcou a abertura das portas do recinto de modo a que as pessoas que estavam junto às baias se pudessem aproximar e se sentissem integradas naquela que é a festa do Povo para o Povo. Uma festa coerente com a génese de um partido, social, humanista, fraterno e inter-classista, como o Partido Social-Democrata. Às cerca de três mil que estavam a jantar com Passos

Coelho, juntaram-se cerca mil pessoas e mais outras tantas que viam e ouviam os discursos das janelas dos seus prédios que ladeiam a marginal de Quarteira.

Depois dos habituais discursos regionais, de Mário Botelho, presidente do núcleo de Quarteira, de José Graça, presidente da secção de Loulé, de Fábio Bota, presidente da JSD/Algarve e de Seruca Emídio, presidente da Câmara Municipal de Loulé, foi a vez de Mendes Bota usar da palavra.

Mendes Bota apoia a Revisão Constitucional de Passos Coelho

No seu tom habitual que captou a atenção e o entusiasmo da audiência, começou por agradecer a todos os presentes, sem esquecer os militantes e simpatizantes que, com o seu trabalho voluntário, tornam possível este evento. Mendes Bota exprimiu a sua satisfação por ver coroada de êxito a aposta feita na revitalização da Festa do Pontal. «Será preciso recuar muitos anos, aos tempos áureos de Cavaco Silva, para compararmos tamanha afluência e entusiasmo. Valeu a pena lutar, porque esta Festa é uma marca política consolidada reconhecida em todo o País. É o grande encontro da família social-democrata de todo o País! Estamos aqui todos unidos, a remar no

mesmo sentido, e essa é a maior vitória desta Festa do Pontal. É que deixámos de mandar recados para dentro. Passámos a falar para o País!»

Seguidamente, desafiou os jovens da JSD a levantarem os cartazes que traziam consigo, frases como: «O Algarve quer ser uma região»; «Pedro – JSD Algarve está contigo»; «Algarve Maltratado – Queremos Mudança»; «Algarve com Passos Coelho» e «Passos Coelho no Pontal para Ganhar Portugal».

Coerentemente com as suas posições passadas, Mendes Bota não deixou de referir a marginalização que o governo do Partido Socialista tem votado o Algarve desde há muitos anos: «Estamos cansados do centralismo do Terreiro do Paço, que asfixia tanto o Algarve como o resto do País! O governo socialista deixou o Algarve ao abandono. Uma agricultura residual. A pesca abatida. A floresta ardida. A indústria inexistente. O Turismo em crise estrutural. O comércio agonizante. A segunda maior taxa de desemprego de Portugal. Uma seca de investimento público desde 2005. O Hospital Central do Algarve está na gaveta. Da renovação da rede ferroviária, nem se fala. A requalificação da EN 125 tem vindo de promessa em promessa».

Terminou, despedindo-se dos militantes, pois esta é a sua última presidência do PSD-Algarve, mas à saída do palco, Mendes Bota foi interceptado por dois

militantes históricos José Inácio Martins, um dos fundadores do Partido, e Leontina de Sousa, histórica militante do partido que acompanhava Sá Carneiro nos seus comícios e organizadora da primeira Festa do Pontal em 1976.

Ambos o chamaram de volta para o homenagear com uma placa e uma salva de prata, esta última em nome das mulheres sociais-democratas do PSD/Algarve, pelos anos de serviço em prol dos objectivos sociais e políticos que tanto têm dignificado o Algarve e o País.

Fala «o próximo Primeiro-Ministro de Portugal!»

Foi entre aplausos, vivas e coros de “PSD! PSD!” que se seguiu o que todos já chamam «o próximo Primeiro-Ministro de Portugal”, Pedro Passos Coelho. Subiu ao palco e pediu a Mendes Bota que regressasse mais uma vez, também ele fez questão de enaltecer «o trabalho, o amor ao partido, a persistência e tenacidade que Mendes Bota deposita na sua militância impar, em defesa dos interesses do Algarve, do País e do Partido Social Democrata». Uma homenagem pública que deixou o algarvio verdadeiramente emocionado, «pois é com a sua força e vitalidade que o PSD também conquista a rua», disse o presidente.

Passos Coelho chamou também ao palco a JSD, que continuava a envergar as suas camisolas laranjas e a agitar cartazes de apoio ao presidente do Partido. E foi assim, com os militantes da JSD em pano de fundo, que o líder nacional se dirigiu aos presentes e ao País.

As primeiras palavras do presidente do Partido foram para desmistificar o muito que se tem dito sobre o Estado Social: «o Partido Socialista tem dito que o PSD quer acabar com o Estado Social, que o que o PSD, este PSD renovado, queria era despedir toda a gente, era acabar com as escolas públicas, era acabar com o Serviço Nacional de Saúde...». Passos Coelho, retorquiu «...o Partido Socialista não sabe o que quer para Portugal. O Partido Socialista é Governo em Portugal e tem governado praticamente nos últimos 15 anos e ao fim deste tempo teve a lata de meter medo ao País com propostas que o PSD fez, distorcendo e caluniando as propostas sérias que o PSD apresentou para mudar o País...a minha ambição não é ganhar eleições a qualquer preço, não quero lançar calúnias sobre ninguém e não tenho nenhum prazer em discutir propostas de outros partidos à custa de argumentos falsos e hipocrisia ou de mentira política, se é esse o caminho que o Partido socialista quer seguir, vai segui-lo sozinho e não vai ter o País interessado nesse percurso...”

“Em Portugal precisamos de ter um Governo que governe, os Portugueses que estão em suas casas querem saber o que é preciso para ultrapassar esta grave crise que atravessamos...se eu estivesse no lugar deles, pensaria duas coisas, primeiro, um Governo para governar tem de ter um Orçamento e em segundo lugar um Governo para governar tem de ter a ambição de reformar o País para oferecer a Portugal um futuro diferente daquele que nos deixaram nos últimos 15 anos», assim começou o presidente do Partido.

Orçamento, só com cortes na Despesa Pública e defesa do Estado Social

Um sério aviso ao Governo de José Sócrates, lembrando as suas condições para aprovar o Orçamento para 2011 «O PS tem de atacar a despesa pública e não pode aumentar os impostos, nem directa nem indirectamente. Para quem anda com o Estado Social na boca, o PS o que quer é retirar os benefícios sociais na área da educação e da Saúde...o PS não conta conosco se não reduzir a despesa pública».

Na parte mais substantiva do discurso sobre o momento político do País, Passos Coelho fez o resumo da matéria que tem defendido, num tom muito crítico para com o Executivo, disse: «Este Governo é um Governo minoritário, mas não é um Governo de gestão», apontou lembrando que, «quando foi necessário, o PSD deu a mão aos portugueses e apoiou medidas difíceis exigidas por Bruxelas». Para Passos Coelho as desculpas do Governo - «porque não tem maioria, porque há uma crise lá fora» - não servem. «O aviso está feito e é muito claro» Passos Coelho lembrou a todos porque está na política e porque é presidente de um partido como o Partido Social Democrata «precisamos de construir um Estado Social mais justo e moderno, porque Portugal não tem políticas sociais eficientes e que sejam dirigidas às pessoas /.../ eu sou presidente do Partido Social Democrata e tenho essa preocupação todos os dias, a razão de ser da política e a razão de ser para estarmos aqui hoje é poder oferecer ao país e a todos os que não têm capacidade para se defender uma protecção, mas também é preciso dizer que é o Partido Socialista que está a arruinar o Estado Social...temos um recorde de Desemprego e a culpa não é do PSD».

Sobre a Saúde, Passos Coelho fez referência às inúmeras instituições que operam doentes sem licenças e sem condições e ainda sobre a importância das misericórdias e o papel social que estas desempenham, perguntou o presidente do PSD: «somos nós que somos os cul-

pados pela promiscuidade entre o sector público e privado? Somos nós os culpados pelo facto de haver pessoas que vão aos hospitais públicos e que têm prioridade no atendimento porque são atendidos em função dos seus rendimentos e não em função das suas necessidades? É culpa do PSD? – Não! – os portugueses sabem que se quiserem um Estado Social mais justo não é do Partido Socialista que o podem esperar é do PSD!» enfatizou.

O maior descalabro da Justiça em Portugal

Mudando de tema, Pedro Passos Coelho fez duras críticas à Justiça em Portugal, dizendo que «nunca houve tanta interferência política no sector da justiça como agora». Acrescentou que «este Governo é responsável pelo maior descalabro na justiça de que há memória em Portugal... um Governo que não se importa que as investigações em Portugal demorem anos, às vezes décadas, sem que se produzam resultados que se vejam». Passos Coelho recordou que há meses atrás «disse alto e bom som que o procurador geral da república era uma figura que não reunia condições para inspirar confiança à missão do Ministério Público e à credibilidade da Justiça em Portugal... ficámos a saber e a reconfirmar aquilo que já suspeitávamos antes. O Procurador quer mais poderes e que o Governo lhe atribua mais poderes. O Governo diz que está à espera que o Procurador lhe diga quais são os poderes». Perante esta situação o líder do PSD limitou-se a dizer: «parece que tínhamos razão!».

Passos Coelho terminou a sua intervenção sobre a Justiça questionando o facto de o vice-procurador ainda estar a exercer o cargo quando já atingiu o limite de idade para a reforma. Segundo a lei em vigor, o magistrado deveria ter-se aposentado após ter completado os 70 anos, a idade limite para a reforma. Tal não aconteceu, tendo Mário Gomes Dias continuado em funções. «Hoje temos um vice-procurador que atingiu o limite de idade, mas que

continua a exercer funções. O Governo resolveu fazer uma lei especial para que este vice procurador continuasse. Mas se esta lei não está publicada. O que é que está lá a fazer esse vice-procurador? Por que é que o Governo não está preocupado com isso?», questionou. «Nós temos um governo que faz de conta que o que se passa na justiça não é com ele, mas a verdade é que nunca houve tanta interferência política na área da Justiça, e má interferência política, como há hoje em Portugal», acrescentou o líder social democrata.

«O governo não se importa que os senhores procuradores, publicamente, se desdigam e se acusem...que o procurador acuse o Sindicato do Ministério Público de estar transformado num partido político e que seja a partir da Procuradoria Geral da República que se dê o primeiro exemplo da ilegalidade e do incumprimento das leis». Pedro Passos Coelho sublinhou ainda que «houve um tempo em que o PGR devia responder por estas situações todas mas já todos percebemos que não é do Procurador que se deve esperar qualquer atitude. Não é desculpável que um governo digno desse nome em Portugal não tome, com consequência, uma atitude no que respeita à Justiça. Este governo é responsável pelo maior descalabro da Justiça de que há memória em Portugal», concluiu com vivas ao PSD e fortes aplausos vindos da assistência.

«Passos Coelho no Pontal para Ganhar Portugal»

«O PSD em sido oposição em Portugal, mas o PS não tem sido Governo em Portugal. Este Governo não tem desculpas. Já sabe como pode fazer um Orçamento, mas diga ao País que reformas quer fazer»

Antes de terminar deixou uma palavra de justiça e de louvor. A de justiça foi dirigida ao ex-presidente Luís Filipe Menezes, dizendo: «foi presidente do PSD e desde que eu fui eleito tem sido um a voz permanente de encorajamento, de lucidez e de empenhamento. Nunca até hoje vi um





ex-líder do PSD estar tão na dianteira, nos trabalhos que competem a todo o partido, seja nos congressos, seja nos comícios locais. Pelo exemplo extraordinário que tem dado do que é ser um grande militante do PSD, um grande militante sempre disponível, não lhe caem os parentes na lama para fazer o que é necessário fazer».

Pedro Passos Coelho deixou ainda «uma palavra de louvor aos soldados da paz que ofereceram a sua vida aos portugueses no combate aos fogos», sublinhando que «não é o momento de questionar, não é o momento de criticar, hoje apenas quero dar uma palavra de louvor a Cristiana Santos, João Pombo e Carlos Santos e de condolências às suas famílias, amigos e

colegas de trabalho. Uma palavra de forte reconhecimento a todos os que, ao longo destes dias, têm lutado com todas as suas forças para controlar este flagelo», disse, referindo-se aos bombeiros que perderam a vida a combater incêndios em Portugal.

Saiu do palco do Pontal agradecendo a todos os militantes e simpatizantes o apoio que lhe tem sido dado, e presentado com um bonito ramo de flores e uma cataplana de cobre tipicamente algarvia, testemunho da admiração do PSD/Algarve por um líder que, com a sua presença, restituiu às bases a importância de um evento que voltou a marcar a “rentrée” política.

Já rodeado pela multidão que o aguardava para o cumprimentar, Passos Coelho ainda prestou declarações à imprensa onde reiterou o aviso: «se o Governo não se sentir capaz de responder aos desafios deve criar condições para que, até ao dia 9 de Setembro, se devolva aos portugueses a faculdade de decidir sobre o seu próprio futuro...sem esperar pelo momento em que o Presidente da República não possa dissolver a Assembleia da República».

Foi assim a edição de 2010 da Festa do Pontal, que contou com a colaboração voluntária de mais de muitas dezenas de militantes, do PSD e da JSD que, incansáveis, contribuíram desde o início, para a realização desta magnífica festa, que tão cedo não se apagará da nossa memória. - (*) *Correspondente Especial do PL, Deputada pelo PSD/Algarve*

Presidente visita a mais grave zona de fogos de Agosto no Concelho de São Pedro do Sul



No dia 19 do mês passado, o nosso Presidente visitou a área afectada pelos incêndios em São Pedro do Sul e encontrou-se com corporações de bombeiros locais e presidentes das juntas de freguesia afectadas pelos fogos. Passos Coelho já tinha feito uma referência aos incêndios deste no lançamento do ano político do PSD, no Pointal.

Paços Coelho esteve desde as 11h30 no quartel dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa, saindo depois para a área afectada pelos incêndios. Reuniu ainda com as corporações de bombeiros do concelho e com os presidentes das juntas de freguesias afectadas.

São Pedro do Sul, no distrito de Viseu, foi uma das regiões que mais sofreram com os incêndios deste Verão, em que as chamas chegaram a ameaçar algumas povoações.

O líder do PSD percorreu parte da área ardida no grande incêndio do concelho, numa viatura dos bombeiros locais. No final falou com a comunicação social.

“Ano após ano nada é feito para prevenir os fogos florestais”, disse o líder social-democrata criticando o trabalho dos ministérios da Agricultura e do Ambiente.

“Portugal devia ter um cuidado especial na protecção daquela que é uma das maiores riquezas do País” afirmou Passos Coelho, adiantando que “na origem dos fogos está um problema estrutural, que não tem sido resolvido ao longo dos anos, apesar de muitas promessas”.

A criação do cadastro florestal considerado essencial no ordenamento do território e na promoção de medidas de prevenção de combate aos fogos, não conheceu avanços, o que levou o líder laranja a criticar o Governo por tal facto.

Passos Coelho lembrou que “grande parte dos incêndios que lavraram nos últi-

mos dias no país ocorreram em parques naturais que se encontram sob gestão da Administração Central e que não têm um mínimo de vigilância”.

As centrais de biomassa anunciadas pelo Governo “tardam a sair do papel” disse Passos Coelho considerando que estas “são um contributo importante para promover a limpeza das matas, além de permitirem um melhor aproveitamento da riqueza florestal”.

“Aprender com os erros para que os fogos não se repitam no próximo Verão”, foi talvez a ideia principal do apelo deixado por Passos Coelho, que no final deixou um desafio ao Governo: “Agora é preciso saber como vamos defender toda a área que foi preservada, evitando os erros que normalmente ocorrem a montante.”

Passos defendeu que “não podemos todos os anos reagir como se o problema estivesse no combate aos

incêndios e estivesse na Administração Interna e nos bombeiros.” Depois, o líder do PSD perguntou: “O que anda o Ministério da Agricultura a fazer ano após ano? O que faz o Ministério do Ambiente ano após ano? Porque é que quando se faz a reflorestação ela não é feita devidamente?” Passos disse que é preciso fazer com urgência o cadastro rústico e comercial do País. Dirigindo-se às populações “que perderam tudo” lembrou que “agora é preciso acorrer a essas situações que são de emergência”.

Na sua visita, o líder social-democrata, foi acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, António Carlos Figueiredo, por Fernando Ruas presidente da Câmara Municipal de Viseu e pelo deputado e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Almeida Henriques. -

Fontes: JN, CM, Lusa, PL, Fotos Lusa

O Presidente visitou a "Agrival", a grande feira agrícola do Vale do Sousa



Agrival recebeu, na sexta-feira, dia 27, um visitante especial. O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, esteve em Penafiel e passou algumas horas na Feira Agrícola do Vale do Sousa. O social-democrata chegou acompanhado por alguns deputados do PSD, eleitos pelo círculo do Porto e à sua espera tinha, para além do presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Alberto Santos, outras figuras do PSD do Vale do Sousa e Tâmega como Manuel Moreira, autarca do Marco de Canaveses.

Também Lobo Xavier, figura de proa do CDS/PP e líder da Assembleia Municipal penafidelense, recebeu Passos Coelho e com ele deu a primeira das três voltas que o presidente do PSD fez à feira.

Pelo caminho, Pedro Passos Coelho foi sendo saudado por expositores e visitantes, de forma bastante entusiástica.

Antes de se sentar para jantar com alguns apoiantes, Passos Coelho voltou a negar que alguma vez tenha tentado, como afirmou José Sócrates, trocar a revisão constitucional pela aprovação do orçamento de Estado para 2011. "Fiquei perplexo com essas afirmações do primeiro-ministro, porque ninguém no PSD, nem eu próprio, algum dia colocou tal condição.

Depois de jantar, Passos Coelho misturou-se uma vez mais com os visitantes da Agrival e acabou por se encontrar com "Tino de Rans", o ex-presidente da Junta de Freguesia socialista que ganhou fama ao abraçar António Guterres em pleno congresso do PS.

Mais tarde, falando a jornalistas à margem da visita, desmentiu as afirmações falsas, postas a correr pelos socialistas, segundo as quais o PSD quer impor ao PS as suas propostas de revisão da Constituição, como contrapartida à aprovação do Orçamento do Estado para 2011.

"Fiquei perplexo com essas afirmações [do Primeiro Ministro], porque ninguém no PSD, nem eu próprio, algum dia colocou tal condição. Pelo contrário, a revisão é um processo longo, porque mexer na lei fundamental não uma coisa que se faça de um dia para o outro, por isso é que não devemos perder muito tempo e quanto mais cedo começarmos a discutir o assunto pluripartidariamente, melhor será para a Revisão."

Em resposta a outra questão, o líder social-democrata disse esperar que o Governo apresente na Assembleia da República "um Orçamento do Estado que não traga mais impostos e que combata o despesismo".

"Se estas duas condições estiverem satisfeitas, espero que o Governo possa ter o seu orçamento aprovado, como o País precisa", observou.

Disse também esperar que "se alguém quiser colocar novas condições para o exercício político, o possa a fazer até 09 de Setembro, porque depois dessa data não pode haver problemas até haver eleições presidenciais".

"A partir de 09 de Setembro, o Presidente da República não pode dissolver o Parlamento. Portanto, qualquer situação mais difícil no país no plano político não pode ser resolvida. Espero que o país possa conhecer durante este período condições de estabilidade", insistiu.

Pedro Passos Coelho sublinhou que "chegou a hora de o Governo demonstrar que consegue controlar a despesa pública".

"Os últimos dados revelam que se não fosse a receita dos impostos, hoje estávamos com um problema ainda mais grave do que o que tivemos em 2009", acrescentou.

Comentando, por outro lado, as afirmações do primeiro-ministro a propósito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nas quais José Sócrates considerou que naquele serviço público "estão presentes o valor da dignidade humana e o valor da igualdade", Pedro Passos Coelho defendeu que o país podia ter "um melhor e mais justo" SNS.

Comentando, por outro lado, as afirmações de hoje do primeiro ministro a propósito do Serviço Nacional

de Saúde (SNS), nas quais José Sócrates considerou que naquele serviço público "estão presentes o valor da dignidade humana e o valor da igualdade", Pedro Passos Coelho defendeu que o país podia ter "um melhor e mais justo" SNS.

"Nós podíamos ter um sistema nacional de saúde melhor do que aquilo que temos e mais justo. É esse propósito que nos deve unir na sociedade portuguesa. O líder do PS e primeiro ministro tem acusado o PSD de querer acabar com o SNS, mas escolheu fazer essas afirmações na assinatura de um contrato que é uma parceria público-privada, em que o hospital vai ser construído por um privado e vai ser gerido por um privado, com o Estado a pagar nas próximas dezenas de anos", recordou.

Passos Coelho lembrou que a Constituição diz que o SNS devia ser gratuito, mas, na prática, segundo o líder do PSD, não o é.

"Tudo aquilo que aparentemente é gratuito é, de facto, feito com o dinheiro de todos os portugueses. O que nós queremos é que esse pagamento seja mais justo do que é hoje", concluiu.

Fonte: Lusa, Gab. Fotos e texto Gab. Imp. PSD Penafiel



Pedro Passos Coelho anuncia apresentação de uma Lei de Bases da Economia Social



Pedro Passos Coelho anunciou que o PSD vai apresentar uma Lei de Bases da Economia Social, que trace uma “fronteira clara” entre as responsabilidades do Estado e o papel a desempenhar pelas instituições de solidariedade social.

De acordo com o líder do PSD, o objectivo desta proposta “é traçar uma fronteira clara quanto àquilo que é responsabilidade do Estado e quanto àquilo que o Estado entende ser o papel a desempenhar por estas instituições, que não são instituições privadas, são instituições de solidariedade social”.

Sublinhando a necessidade do Estado definir como é que estas instituições devem funcionar, Passos Coelho criticou a atitude do Estado olhar muitas vezes para as

necessidades sociais como se fosse “ele próprio, não a última instância de recurso, mas a primeira, a segunda e a última instância de recurso”.

Passos Coelho preconiza uma “grande cooperação entre os órgãos do Estado e as organizações de solidariedade social”, porque “o maior drama de todos seria fazer de conta que não vivemos uma situação difícil e, portanto, não investir o suficiente na cooperação entre estas instituições que nos podem ajudar a passar por este período de maiores dificuldades com rede social mais coesa e de modo a evitar situações de maior emergência”, sustentou.

O PSD irá apresentar na Assembleia da República uma Lei de Bases da Economia Social, porque o Estado não pode continuar a olhar para as instituições de solidariedade social que tem ao seu lado de uma forma “desconfiada”.

“Nós precisamos de acorrer no curto prazo às situações de eventual emergência social, criando esta cooperação, mas precisamos também para o médio e longo prazo, de começar a criar condições para que as instituições da área social possam dar um contributo permanente, que esteja devidamente privilegiado em matéria legal”, concretizou.

Em relação a esta intenção do PSD, Passos Coelho reuniu na última sexta-feira de Julho, com responsáveis das instituições de solidariedade social, misericórdias e mutualidades, sector que tem sido “hostilizado” pelo Governo e em relação ao qual os sociais-democratas pretendem apresentar propostas.

Em declarações à Lusa, o vice-presidente do PSD Marco António Costa adiantou que no encontro Pedro Passos Coelho ouviu uma “avaliação do e transmitiu” o pensamento dos sociais-democratas relativamente à economia social, que emprega cerca de 200 mil pessoas e presta apoio solidário a mais de um milhões de portugueses.

“Queremos mais uma vez chamar atenção da economia social, da defesa das instituições que na sociedade portuguesa prestam solidariamente apoio a cerca de

um milhão de portugueses e que este Governo desde 2005 tem hostilizado e demonstrado uma animosidade incrível”, sublinhou.

Por outro lado, acrescentou Marco António Costa, o encontro de sexta-feira aconteceu depois de um conjunto de outras reuniões de trabalho que o PSD tem mantido com instituições do sector da economia social, tendo o Partido a intenção de avançar com “um conjunto de iniciativas no plano parlamentar”.

O vice-presidente do PSD deixou ainda duras críticas à “animosidade (incompreensível) para com todas as estruturas da sociedade civil, que prestam apoio social” e que o Governo tem relevado desde 2005, lamentando que os socialistas estejam a querer “matar o Estado Social”.

“O PS enche a boca com o Estado social, mas também é verdade que o que o PS, aquilo que tem praticado nos últimos anos é uma tentativa de destruição do Estado Social”, sublinhou.

No encontro com o líder do PSD estiveram o presidente da União das Misericórdias, o presidente da União das Mutualidades e o presidente da Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A este propósito, o líder do PSD deixou ainda um apelo para que se acabe com “o preconceito entre o que é intervenção pública e o que é a intervenção de outras instituições que estão ligadas à área social”.

Na reunião de sexta-feira, na sede nacional, em Lisboa, além de Passos Coelho, estiveram também presentes o vice-Presidente, Marco António Costa, e a vogal da Comissão Política, Maria Trindade Vale. Um encontro que constituiu o corolário de uma série de reuniões de trabalho que aquele vice-Presidente do PSD efectuou, com diversas instituições de solidariedade social, misericórdias e mutualidades, “entidades” que têm sido hostilizadas pelo Governo. - Fontes: Lusa, Gab. Imp. PSD



Passos Coelho na Madeira

“As autonomias são experiências maduras, e um orgulho para a democracia”

No dia 21 de Agosto, o Presidente do PSD deslocou-se à Madeira, a convite do Presidente da Câmara do Funchal, no aniversário da capital madeirense e teve ocasião de afirmar que as autonomias da Madeira e Açores são experiências “maduras”, um “orgulho para a democracia e experiência constitucional” de Portugal que devem ser aprofundadas.

Pedro Passos Coelho falava aos jornalistas na capital madeirense após ter participado na sessão solene do Dia da Cidade a convite do presidente do município Miguel Albuquerque.

O dirigente social-democrata rejeitou ter-se sentido atingido pelo discurso do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, que defendeu que os direitos regionais devem ser reconhecidos no âmbito da unidade nacional.

“Não me senti nada atingido sobre essa matéria e é natural que presidente do PSD-M tenha uma visão não inteiramente coincidente em matéria de autonomias”, disse.

Sustentou que “a Madeira e os Açores são autonomias maduras que são motivo de orgulho para a democracia portuguesa e experiência constitucional”.

Acrescentou que tal “não significa que não haja progressos e ainda a possibilidade de fazer aperfeiçoamentos.

“O projecto [de revisão constitucional] que o PSD vai apresentar no parlamento traduz também esse desidrato, não só em relação às autonomias mas também do princípio de subsidiariedade”, afirmou o líder do PSD.

Passos Coelho defendeu que “o poder dentro do estado unitário não deve estar demasiado concentrado”, argumentando que “a experiência das autonomias e poder local deve ser aprofundada e levada mais longe”.

“Não podemos, nem devemos, ter posições coincidentes, mas não há disputa relativamente às autonomias”, adiantou.

Sobre a proposta de revisão constitucional do PSD-M, aprovada no parlamento insular, Pedro Passos Coelho, sublinhou que o “PSD não é a Assembleia Legislativa, tem um projecto próprio que não absorve aquele projecto mas tem aspectos importantes para a autonomia regional”, uma questão que considerou estar “bem tratada”.

Em relação à reunião que manteve com Jardim na sede do PSD-Madeira, o líder do PSD realçou não existir “nenhum drama”, visto tratar-se de um “encontro normal entre duas pessoas com responsabilidade” dentro do partido, embora possam existir “divergências políticas”.

Destacou que esta deslocação à Madeira, no Dia da Cidade do Funchal, constitui uma representação do “grande sentimento de solidariedade” para com a Madeira “num ano muito difícil” em

que foi assolada pelas cheias de 20 de Fevereiro e na passada semana por uma onda de incêndios que destruíram uma grande área florestal e o Parque Ecológico da capital madeirense.

Esta é a primeira visita que Pedro Passos Coelho efectua à região e foi o primeiro encontro que manteve com Alberto João Jardim, depois de ter sido eleito presidente nacional do PSD.

Jardim declara que Pedro Passos Coelho “dará um bom Primeiro-Ministro” para Portugal

Entretanto, o líder do PSD-Madeira, Alberto João Jardim, declarou que Pedro Passos Coelho “obviamente dará um bom primeiro-ministro” para Portugal.

Jardim falava em conferência de imprensa, na ocasião da reunião de trabalho que manteve com o Presidente Nacional do PSD naquele que foi o primeiro encontro entre os dois responsáveis sociais-democratas, depois da eleição de Passos Coelho.

Referiu que esta foi uma reunião de trabalho e não “uma cimeira muito complexa entre presidentes de duas comissões políticas do PSD”.

Sobre as divergências de opinião em várias matérias, caso da Lei das Finanças Regionais e do projecto de revisão constitucional, que geraram um clima de críspação entre ambos, Jardim salientou que ao longo dos anos e com vários presidentes do PSD existiram discordâncias.

Salientou que “muitas vezes o PSD nacional viveu climas de conspiração e tentativas de derrube de direcções nacionais, mas, existe o registo histórico,

nunca viram partir da Madeira qualquer iniciativa ou envolvimento dos dirigentes da Madeira nesse tipo de actuações”.

“Houve sempre uma grande lealdade por parte do PSD-M para com quem está legitimado para dirigir o partido”, sublinhou.

Jardim agradeceu ao líder por ter arranjado momentos para deslocar-se à sede regional do partido, visto que não veio à Madeira em visita oficial protocolar, mas a convite do presidente da câmara do Funchal, o que “deu possibilidade para apresentar uma série de questões mais sensíveis sobre política da Madeira”.

O líder do PSD-Madeira deu depois a palavra ao “Presidente do nosso Partido”, tendo Pedro Passos Coelho realçado que este é o primeiro encontro entre os dois dirigentes e que as divergências “não os impedem de ter uma concertação e manter uma conversa regular porque é essa obrigação que resulta dos cargos e responsabilidades que cada um detém”.

“Não estamos aqui por capricho pessoal, para matar tempo, mas porque temos responsabilidades em que temos de concertar posições”, sublinhou.

Passos Coelho e afirmações de Sócrates ao “Expresso”

Foi ainda no Funchal que os jornalistas pediram a Passos Coelho que comentasse afirmações de José Sócrates ao “Expresso”, nas quais o Primeiro-ministro atacava o PSD, afirmando, entre outras asserções, que os sociais democratas estavam a prestar um “mau serviço ao País”.

Pedro Passos Coelho afirmou que é

o Governo que “está a prestar um mau serviço ao País” ao permitir que a despesa pública chegasse ao final de Julho com um crescimento de 6%.

“O nosso projecto de revisão constitucional não quer esconder nada; e eu julgo que um mau serviço ao país é chegar ao final de Julho com um aumento da despesa pública de quase seis por cento, que torna mais difícil atingir os objectivos que foram fixados pelo governo, com o nosso apoio, para a redução do défice no final deste ano”, disse Passos Coelho.

“Espero que esses objectivos ainda possam ser alcançados porque são determinantes para o financiamento externo e a economia portuguesa”, acrescentou, insistindo que é “preocupante que o Governo continue a não combater a despesa inútil e a promover diminuição do défice como estava previsto”.

“Não podemos ir ao bolso dos portugueses sempre que precisamos baixar o défice”, sublinhou.

Defendeu que “o primeiro-ministro e o ministro das Finanças têm de revelar um empenhamento maior do que os dados que vêm agora a ser públicos e revelam que a despesa está bastante acima dos objectivos esperados”.

Sobre a acusação de “irresponsabilidade política” destacou que o PSD “não põe os interesses do partido à frente do país”.

Afirmou “apesar de estar preparado para ser Primeiro-Ministro, o PSD não anda com pressa nem quer criar crises políticas, quer que o Governo assuma as suas responsabilidades e possa governar”.

Referiu que com “toda a lealdade e honestidade política, o PSD disse o que constitui condição para ter Orçamento em Portugal, cabendo ao Governo criar condições para que possa ser aprovado”.

“Agora não podemos dizer ao PS que qualquer orçamento será viabilizado, porque a função do PSD não é apoiar o PS”, argumentou.

“As nossas exigências não são excessivas, são compreensíveis e portanto só há uma crise política à volta do Orçamento se o Governo não for diligente e não fizer aquilo que se impõe para Portugal: combater a despesa e não aumentar mais os impostos”, garantiu

Sobre a questão da autonomia regional, Passos Coelho realçou não ser uma matéria de “disputa” no PSD, admitindo que as duas Regiões Autónomas têm “uma visão mais ambiciosa quanto à sua evolução”. - Fontes: Lusa, Jornal da Madeira



Universidade de Verão – 2010

Vai sendo tradição, mais um sucesso de trabalho, aprendizagem e convívio



Uma centena de jovens viveu, na semana passada, em Castelo de Vide, mais um curso de verão intensivo, na já habitual «Universidade de Verão do PSD», que este ano, reunindo o patrocínio do PSD, do Instituto Sá Carneiro e da JSD, teve, no “corpo docente” alguns dos melhores valores intelectuais da política portuguesa de Centre e Centro-esquerda, que, em aulas, debates e conferências (estas, geralmente, em tom mais ligeiro de palestras á refeição), entusiasmaram e prenderam o seu auditório, cativando-os e motivando-os para o futuro.

Na abertura, destacou-se o Secretário-Geral do Partido, Miguel Relvas e no encerramento, para os alunos, e para o PSD e Portugal, o líder dos Sociais-democratas, Pedro Passos Coelho, num momento de “rentrée” política, que

Merece um destaque especial (Veja pags. 2 e seguintes deste número).

Desde a sessão formal de abertura, até ao último dia, desenrolou-se um programa de aulas, debates e intervenções.

Quanto aos jantares-conferência, que obedecem a uma lógica de pergunta-resposta, Carlos Coelho garantiu que não houve qualquer “censura”.

“Começaram todos com perguntas minhas, e eu não censuro as perguntas que possam ocorrer por parte dos participantes”, garantiu.

A Universidade de Verão do PSD acolheu cem jovens, divididos em dez grupos de dez, cuja média etária está este ano um pouco abaixo dos 23 anos, sendo que 40 por cento são mulheres.

A Universidade de verão do PSD, que marca a “rentrée” oficial do partido, recebe este ano o presidente do Tribunal de Contas para debater a corrupção e conta com a presença habitual do ex-líder Marcelo Rebelo de Sousa.

Este ano mais uma vez Marcelo Rebelo de Sousa marca presença, com uma intervenção subordinada ao tema “A Social-Democracia como força de mudança”, no dia 31.

O encerramento, no último dia, será assegurado pelo líder do PSD, Pedro Passos Coelho, cuja intervenção marcará a “rentrée” oficial do partido.

O eurodeputado do PSD Carlos Coelho, que organiza a iniciativa, sublinhou que a Universidade de Verão visa sobretudo “a formação pedagógica e pluridisciplinar de jovens quadros de elite nas áreas da ciência, economia e cultura”.

O presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d’Oliveira Martins, ex-ministro de Governos PS, foi convidado para intervir, dia 3 de Setembro, num painel

intitulado “Como funciona o Estado português: dos mecanismos de controlo ao combate à corrupção”.

O padre Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social, falou sobre “Pobreza e Exclusão Social: um combate necessário”, no dia 1 de Setembro.

Carlos Pimenta, ex-ministro do ambiente do PSD, teve a sua intervenção no dia 2 de Setembro num painel com o tema “Ambiente e energia, o que temos que decidir já”; o professor universitário Miguel Monjardino falou no dia 31 de Agosto sobre “Três desafios do mundo de hoje” e o presidente do conselho de administração da Vodafone, António Carrapatoso, no dia 1, sobre “A transformação da sociedade portuguesa”.

Por sugestão da direcção do PSD, disse Carlos Coelho, nesta edição foram convidadas para os jantares-conferência cinco personalidades que são “casos de sucesso com reconhecimento internacional”.

“Há muitas vezes uma lógica miserabilista e nós queremos mostrar que mesmo em ambiente de dificuldades há pessoas com trabalho feito e que são reconhecidas a nível internacional”, afirmou.

Alexandre Relvas, ex-presidente do Instituto Sá Carneiro e gestor, a presidente da Fundação Champalimaud, Leonor Beleza, o professor catedrático Miguel Maduro, prémio Gulbenkian de Ciência 2010, este ano dedicado às Ciências Sociais e Humanas, o gestor Jorge Guimarães e a cientista Elvira Fortunato foram, desta forma, os convidados para os jantares-conferência.

Sessão formal de abertura O discurso de Miguel Relvas



Intervieram na sessão formal de abertura, Catarina Rocha Ferreira, enquanto aluna da Universidade de Verão de 2009, Carlos Coelho, na qualidade de Director da Universidade de Verão, Pedro Rodrigues, Presidente da JSD, Miguel Relvas e Carlos Carreiras, Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro.

Como Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas, para além das palavras que proferiu, foi rodeado por jornalistas, que lhe dirigiram muitas perguntas, +as quais respondeu sempre directamente e sem evasivas

Miguel Relvas, secretário-geral do PSD, fez ontem um dos discursos mais duros contra o primeiro-ministro desde que a direcção social-democrata liderada por Passos Coelho tomou posse. Na abertura da Universidade de Verão do partido, em Castelo de Vide - que decorre até domingo e termina com um discurso do líder -, o

número dois do PSD acusou José Sócrates de “ter um discurso político bipolar”, de sofrer da “síndrome da bruxa má” e de “até meter dó pela forma como se agarra a algum indicador, por mais insignificante que seja”. E, referindo que o Governo ainda tem três anos pela frente, sugeriu uma remodelação governamental a José Sócrates.

Apesar das muitas e duras críticas, já depois da intervenção Miguel Relvas afirmou aos jornalistas que a data de 9 de Setembro, apontada por Passos Coelho para o Governo apresentar indicações sobre o Orçamento do Estado (OE) para 2011, “não é um ultimato”. “O que dissemos foi: até dia 9, o Presidente da República tem poderes para que a palavra seja devolvida aos portugueses sobre se o Governo tem um projecto suficientemente claro para Portugal”, explicou.

Por outro lado, acrescentou, o PSD “quis dizer ao Governo que o OE pode ser viabilizado”, mas para isso “é preciso cortar na despesa” e “acabar com o ataque à classe média” com os aumentos de impostos e os cortes nas deduções fiscais. Questionado sobre se o PSD poderá vir a aceitar que se mexa nas deduções dos escalões mais altos, Miguel Relvas disse que o problema não é nas classes mais altas. O grande problema é que para o PSD é “inaceitável” o executivo querer mexer a partir do terceiro escalão. “Isso é que nós não aceitamos”, garantiu, considerando que “apenas na cabeça deste Governo” uma pessoa que ganhe 1300 euros é uma pessoa rica.

Depois de reabrir a porta à negociação do OE, Relvas afirmou mais do que uma vez que este executivo “ainda tem ainda uma expectativa de governação de três anos”, “embora já esteja desgastado”. Mas sugeriu uma remodelação governamental: “O caminho errático que está ser seguido tem de ter cobro e o primeiro-ministro tem condições para o fazer. Que refresque o Governo, se assim o entender. Este Governo tem maioria, não é um Governo de gestão”, afirmou.

As palavras mais duras de Relvas para o primeiro-ministro foram feitas durante a intervenção aos jovens “universitários”. “O primeiro-ministro sofre da síndrome da bruxa, quando se põe em frente ao espelho e pergunta se há alguém melhor do que ele”, afirmou ainda o “número dois” do PSD, referindo que Sócrates “imagina viver num país que não é o real”.

Miguel Relvas referiu-se ainda ao líder do executivo como alguém que tem “um discurso bipolar do ponto de vista político”, dando como exemplo o facto de há três meses “dizer que o líder da oposição até era bom e agora se referir a ele como um perigoso extremista”. “Os velhos do Restelo foram substituídos por estes cataventos da vida política”, acrescentou.

Referindo-se ao líder do PSD, Pedro Passos Coelho, Miguel Relvas classificou-o com “um homem que indica os caminhos”. “Daqui a três anos, no fim da legislatura, os portugueses saberão o que é melhor”, afirmou ainda. “Portugal não pode continuar a ter um primeiro-ministro que é eleito com um discurso e é destituído a dizer outra coisa”, acrescentou, acusando ainda Sócrates de ter discursos “que parecem do Bloco de Esquerda”.

Miguel Relvas recusou que o partido esteja à procura de “instabilidade”, considerando que apenas quando tiver de haver eleições, Portugal passará a ter um novo Primeiro-Ministro.

“Chegará a hora de Portugal passar a ter um novo P. M., uma nova equipa, quando tivermos de ter eleições, porque nós não temos como objectivo a procura da instabilidade, nós somos institucionais”, afirmou Miguel Relvas, numa intervenção na abertura da Universidade

de Verão do PSD.

Sublinhando que o PSD sabe que dia 20 de Setembro faz apenas um ano da reeleição de José Sócrates, Miguel Relvas considerou, contudo, que “a verdade é que parece que está a concluir a legislatura”, devido “à voragem da vida política”.

Na intervenção mais política da abertura da sessão de abertura da Universidade de Verão, Miguel Relvas dedicou grande parte do discurso com críticas ao Governo socialista e “à ausência de rumo”, acusando José Sócrates de viver num país irreal e de ser “bipolar no discurso político”.

A certa altura, o Secretário-Geral do PSD, recorreu hoje às histórias infantis para ilustrar o “País de Ilusão” em que José Sócrates vive, considerando que o primeiro-ministro sofre do “síndrome da bruxa má”.

“Temos um primeiro-ministro que sofre da síndrome da bruxa má. Um primeiro ministro que todos os dias se vê ao espelho e diz ‘espelho meu, espelho meu, quem é melhor do que eu’”, afirmou Miguel Relvas, em declarações aos jornalistas no final da sessão de abertura da Universidade de Verão do PSD, que decorre em Castelo de Vide até domingo.

Recuperando uma ideia que já tinha transmitido no seu discurso, o Secretário-Geral do PSD considerou que José Sócrates “vive uma visão bipolar da vida”.

“Há dois países para ele: o país dos problemas, o País dos outros e do povo português; e o «seu» País que é um país de irrealdades e de ilusão, e que não tem nada a ver com o dia-a-dia e com a dureza e as dificuldades com que os portugueses são confrontados”, criticou.

Defendendo que o executivo é que tem de encontrar respostas concretas para os problemas e de governar em vez

de tentar “permanentemente criar um clima de conflitualidade política”, Miguel Relvas recusou que o PSD tenha feito um “ultimato” relativamente ao dia 09 de Setembro, quando se esgota o prazo para o Presidente da República poder dissolver a Assembleia da República antes das eleições presidenciais de Janeiro.

«Pelo contrário», frisou, «os social-democratas apenas avançaram com o que consideram serem os princípios-base para aprovarem o Orçamento de Estado para 2011, nomeadamente impedir que a despesa continue a aumentar: e acabar com o ataque permanente à classe média».

«O que o PSD quer é dizer que não queremos que se aumentem mais impostos e achamos que o caminho está em cortar na despesa», reiterou, considerando que Portugal já tem uma carga fiscal muito elevada.

Questionado se o PSD poderá vir a aceitar que se mexa nas deduções dos escalões mais altos, Miguel Relvas disse que para o seu partido o problema que se coloca não é nas classes mais altas.

«Temos dito sempre que há sacrifícios que têm de ser feitos e esses sacrifícios têm que começar por aqueles que têm mais condições, não podemos tratar por igual o que não é igual», afirmou.

Contudo, continuou, o «grande problema não é o Governo querer mexer nos escalões mais altos, o grande problema e que para o PSD é inaceitável é o executivo querer mexer a partir do terceiro escalão».

«Isso é que nós não aceitamos», garantiu, considerando que «apenas na cabeça deste Governo» uma pessoa que ganhe 1300 euros é uma pessoa rica.

Em resumo, os Portugueses vive num País, o Primeiro-Ministro vive noutro e nós interrogamo-nos se vale a pena,

se valerá a pena, tantos sacrifícios para resultados permanentemente negativos e desapontantes. É isso que temos de combater, é preciso dar sentido aos sacrifícios, dar significado às privações, conferir dignidade à vida, como ela é, e não como existe nas fantasias de quem governa.

Depois da intervenção final de Carlos Carreiras, seguiu-se o jantar de acolhimento, que assim terminou o primeiro dia da UV-2010.

O 2º Dia

No segundo dia de trabalhos, cumpriu-se o programa da lição de Miguel Monjardino, “3 Desafios do Mundo de Hoje”, em que o professor e analista, apontou como os três desafios do mundo de hoje a actual “economia” a “política internacional” e as “consequências destes nas políticas locais em países com políticas liberais”.

No final da intervenção seguiram-se as perguntas dos alunos dos dez grupos de trabalho da Universidade de Verão.

Marcelo Rebelo de Sousa, foi o professor da segunda aula, após o almoço, que te e como tema a “A Social-Democracia em Tempo de Crises”.

A lição de Marcelo



Marcelo Rebelo de Sousa introduziu o tema afirmando que a Crise é mundial, “mas é um pouco de europeia e muito de nacional”.

Afirmou que a Social-democracia, apesar de algumas incertezas internas, continua a ser a melhor e mais equilibrada e humana das soluções políticas do nosso tempo e daí passou à situação nacional,

O antigo líder social-democrata falou, em tom leve, sobre o “frenesim dos laranjinhos” para chegar ao poder, recordando que, no passado, o PSD já chegou ao Governo “inopinadamente, de surpresa”, sem estar concluído o processo de “amadurecimento” do projecto que o partido queria apresentar.

“Temos condições agora para ser o culminar de um processo”, sustentou, defendendo que agora há tempo para o PSD “preparar o momento”.

Interrogado sobre o que espera do próximo Orçamento de Estado (OE), Marcelo Rebelo de Sousa disse desejar que seja “um bom OE” e que o documento seja aprovado no parlamento.

“Acho que é muito mau para o país que haja uma crise a propósito do Orçamento de Estado e era bom que o Orçamento de Estado fosse muito melhor que o Orçamento para este ano”, comentou.

A propósito de uma eventual remodelação governamental, o antigo líder do PSD lembrou que o nosso Partido já algumas vezes disse que havia “ministros que estavam cansados e estafados”, mas considerou que se trata de uma “proposta impossível”.

“Aqueles que vêm do passado são irremodeláveis”, defendeu.

Quanto aos novos, acrescentou, “estar a tirá-los é reconhecer um fracasso numa escolha de há poucos meses”.

“Portanto, percebe-se que o PSD faça



a proposta, mas também se percebe que José Sócrates não tem espaço para remodelar nenhum dos ministros”, resumiu, lembrando igualmente o “papel muito apagado” que os ministros desempenham neste Governo, onde José Sócrates “é primeiro ministro e é ministro da maior parte das pastas”.

Ainda durante a “aula” da Universidade de Verão, Marcelo Rebelo de Sousa falou também das relações entre os poderes económico e político, assim como do fenómeno da corrupção.

“Não pode ser o poder económico a mandar no poder político, não pode”, defendeu, sublinhando que não pode haver “um conúbio estranho e não transparente” entre os dois poderes, “com transições de um lado para o outro, com decisões que não são claras”.

“Isso é que dá origem ao fenómeno, ou acentua, ou faz alastrar o fenómeno da corrupção, que é um fenómeno que nós sentimos na sociedade portuguesa”, frisou.

Marcelo Rebelo de Sousa reconheceu, contudo, que os Governos têm sempre de tomar “decisões sensíveis e difíceis” que importam à vida económica e financeira.

Ou seja, sublinhou o antigo líder do PSD, os Governos têm de enfrentar “a dificuldade de construir um poder político suficientemente forte, claro, independente para poder controlar o poder económico e para que haja uma transparência na vida económica e social”.

Uma transparência que, para Marcelo Rebelo de Sousa, “piorou muito, adensou-se terrivelmente, com os Governos socialistas”.

Aos jornalistas

Após a lição, Marcelo foi rodeado por muitos jornalistas, com muitas perguntas, mas foi breve nas respostas, considerando - como tinha dito na sua lição - que Passos Coelho vai conseguir resistir ao “frenesim dos laranjinhos” para chegar ao Governo, sublinhando que mais vale demorar mais tempo, mas não haver “precipitações”.

“Ele é muito cerebral e muito frio, portanto, eu não tenho dúvidas que Passos Coelho tem exacta noção de que há um tempo para subir ao Governo do País, que muitos ‘laranjinhas’ quererão que seja antes; mas mais vale demorar mais tempo e chegar bem, a haver precipitações e chegar mal”. afirmou Marcelo Rebelo de Sousa, em declarações aos jornalistas em Castelo de Vide.

Interrogado sobre o que espera do próximo Orçamento de Estado (OE), disse desejar que seja “um bom OE” e que o documento seja aprovado no parlamento.

“Acho que é muito mau para Portugal que haja uma crise a propósito do Orçamento de Estado e era bom que o Orçamento de Estado fosse muito melhor que o Orçamento para este ano”, comentou.

Leonor Beleza



À noite, Leonor Beleza, Presidente da Fundação Champalimaud, proferiu a primeira “conferência ao jantar” da Universidade de Verão de 2010. Leonor Beleza

começou a sua comunicação relevando a Universidade como uma “instituição de sucesso e estabilidade no âmbito do PSD, muito pela capacidade de quem a conduz”.

Leonor Beleza aproveitou para assinalar a relação que mantém com o distrito de Portalegre, onde foi eleita deputada à Assembleia da República e que tão bem acolhe a Universidade de Verão.

Após o jantar, realizaram-se as reuniões dos 10 grupos da Universidade de Verão e, mais tarde, entre os coordenadores recém-eleitos dos Grupos de Trabalho e a Direcção da UV.

O 3º Dia

O 3º dia teve, na aula da manhã, a presença na “cátedra” de António Carrapatoso “chairman” da Vodafone Portugal e Presidente da Fundação Vodafone Portugal, que apresentou um diagnóstico crítico da actual situação e modelo de desenvolvimento do País e defendendo um conjunto de propostas para inverter a tendência de afastamento face aos concorrentes Europeus.

António Carrapatoso

O “professor” começou por referir que “Portugal é um país que nunca exportou muito. As exportações representam cerca de 30% do PIB, situação diferente em outros países com maior competitividade, situação que nos mantém no fundo da tabela na Europa a 27 no que respeita às exportações e ao défice comercial”. Da



mesma forma, somos conduzidos para um cenário em que o saldo externo mantém défices anuais de 6 a 10 por cento. “Somos o país com a maior dívida externa acumulada, à frente de Irlanda e Grécia, com cerca de 110% do PIB”, afirmou.

Finalizando a intervenção inicial, António Carrapatoso afirmou que “Portugal só vai mudar com o apoio de todos os Portugueses e em particular com a energia, determinação, independência e generosidade das novas gerações. As novas gerações devem assumir o seu papel como principais agentes de mudança”. António Carrapatoso confessou o seu enorme “gosto em estar na Universidade de Verão” por entender que está a apoiar as novas gerações, na sua missão de tentarem vencer os desafios que se colocam ao País.

À intervenção inicial seguiram-se as perguntas dos alunos da Universidade de Verão.

Padre Lino Maia

A segunda aula do dia, com o tema “Pobreza e exclusão social: um combate necessário” foi dada pelo Pe. Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), que iniciou a sua intervenção elogiando a Universidade de Verão como

uma iniciativa “extremamente válida e útil” afirmando não ter dúvidas “que aqui estão muitos dos agentes para uma sociedade melhor”.

Na sua comunicação aos alunos começou pela referência ao papel e diferentes naturezas das Instituições de Solidariedade Social, destacando o apoio a crianças e jovens, a idosos, na protecção da saúde e na apoio à habitação.

Referindo-se às cerca de 5100 instituições de solidariedade social, que representam “pelo menos uma instituição por aldeia”, afirmou que 73,3% do que se faz em Portugal em termos sociais é feito pelas instituições de solidariedade social e que 68,6% desse mesmo trabalho é mesmo feito por Instituições Particulares. Este sector conta ainda com cerca de 200 mil trabalhadores que trabalham para toda a comunidade, dado representativo da importância da economia social no país.

Instando os jovens alunos da Universidade de Verão a aprofundarem a sua participação nas Instituições de Solidariedade Social e nas acções de luta contra a pobreza, o Padre Lino Maia lembrou as palavras de Luther King:

“Um dia os jovens aprenderão palavras que não compreenderão.

As crianças da Índia vão perguntar: “O que é fome?”
As crianças do Alabama questionarão: “O que é segregação racial?”

As crianças de Hiroshima assombrar-se-ão: “O que é bomba atómica?”

E as crianças na escola vão indagar: “O que é guerra?”
E tu lhes responderás, tu lhes dirás:

São palavras que não se usam mais, como as diligências, as galeras ou a escravidão.

São palavras que nada exprimem. Essa é a razão por que foram retiradas do dicionário.”

Seguiram-se as questões dos alunos dos 10 grupos de trabalho.

Miguel Poiães Maduro

Ao jantar, Miguel Poiães Maduro, Professor de Direito e Director do Global Governance Programme, do Instituto Universitário Europeu de Florença, distinguido no corrente ano com o Prémio Gulbenkian de Ciência, regressou à Universidade de Verão como conferencista no terceiro dia da Universidade de Verão.

Questionado sobre o que têm em comum o homem político e o homem científico, Miguel Poiães Maduro apontou o “trabalho para o reconhecimento” que o homem de ciência procura numa comunidade científica e o homem político “numa comunidade mais alargada, de eleitores”.

Miguel Poiães Maduro considera porém que as estratégias e as linguagens de uma e de outra área são diferentes, porquanto a ciência faz-se num domínio mais fechado, embora não hermético, dependendo dos conhecimentos da área específica é metodologicamente mais complexa”. Já o homem político deve, na opinião do conferencista deve conseguir reunir um conjunto de capacidade do cartógrafo, procurando a capacidade de interpretar e “simplificar a realidade, sem a falsear”; do poeta, comunicando e aprofundando a narrativa das ideias e das propostas que apresenta; e, do juiz, pela capacidade para tomar boas decisões.

O 4º Dia

O quarto dia começou com a lição “Ambiente e Energia: O que temos de decidir já!”, por Carlos Pimenta, seguindo-se a “Assembleia Extraordinária”, para a apresentação dos Trabalhos de Grupo, com comentários e avaliação do Dr. Luciano Amaral.

À tarde, a habitual visita a Castelo de Vide e à noite, Jantar-Conferência com o dr. Jorge Guimarães.

Carlos Pimenta iniciou os trabalhos do quarto dia da Universidade de Verão, com uma aula sobre “Ambiente e Energia: O que temos de decidir já!”. Durante a tarde os alunos apresentam os Trabalhos de Gru-

po, com avaliação de Luciano Amaral e Jorge Guimarães foi o convidado do jantar conferência.

Com Carlos Pimenta, as questões ambientais mereceram, uma vez mais, a inclusão no plano de estudos da Universidade.

Antes de entrar nos temas concretos



da aula, o antigo secretário de Estado do Ambiente falou da importância da Universidade de Verão e o interesse e a disponibilidade manifestada por todos os alunos para dedicarem-se, em exclusividade, a uma semana intensa de trabalhos em Castelo de Vide.

A concluir a intervenção inicial antes de os alunos inaugurarem o período de perguntas, Carlos Pimenta apresentou a sua abordagem ao que considera ser um “sistema smart e sustentável” e que passa pelo “fim da separação actual entre os sectores autónomos e verticalizados da electricidade, do petróleo e do gás”, pela aproximação à energia mais integrada, incluindo a produção renovável e o armazenamento descentralizado”, pelo aumento da eficiência de todo o sistema ao nível da procura, da oferta e do transporte, distribuição e comercialização dos diferentes vectores energéticos.

Luciano Amaral na avaliação da Assembleia Extraordinária

Ao quarto dia da Universidade de Verão os alunos apresentaram os Trabalhos de Grupo evocativos da Implantação da República, tendo cada grupo apresentado, através de diversos formatos, o resultado da investigação e análise histórica.

O exercício, que teve por objectivo estimular e aprofundar competências de pesquisa histórica e dinâmicas de grupo, foi objecto de avaliação crítica por parte de “grupos oponentes” e consequente defesa do trabalho de grupo.

No final das dez apresentações, Luciano Amaral, Professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Licenciado em História pela FCSH/UNL e doutorado pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, avaliou os trabalhos dos alunos da Universidade de Verão.

Durante a avaliação, em Assembleia Extraordinária da UV2010, Luciano Amaral aprofundou alguns dos aspectos da história de Portugal, da monarquia constitucional até aos dias de hoje, abordando igualmente a 1.ª República e o Estado Novo.

Depois da sessão da tarde os alunos

tiveram oportunidade de visitar Castelo de Vide.

Jorge Guimarães, fundador e presidente da empresa Alert, foi o conferencista convidado para o jantar-conferência de quinta-feira.

O director da Universidade de Verão apresentou o fundador da Alert como um jovem que concluiu o seu doutoramento em medicina aos 30 anos e decide envolver-se por um projecto empresarial de sucesso e em que dois terços da facturação é originada em mercados externos.

Jorge Guimarães expôs o seu percurso de vida e o seu projecto aos alunos da Universidade de Verão, incentivando-os a perseguir os seus sonhos e a criarem o seu projecto de carreira. O empresário falou aos jovens da “sensação de criação que se tem quando estamos à beira de uma descoberta e que se vem a concretizar” e da experiência de “gerir um sonho”.

Jorge Guimarães revelou aos alunos que foi no ponto mais alto da sua carreira na ciência, quando foi agraciado com um prémio mundial de medicina, que decidiu regressar dos Estados Unidos da América para aplicar o dinheiro do prémio na criação de um projecto empresarial próprio e que tem actualmente 830 funcionários e uma rede de clientes que se estende do Alasca à Malásia, confessando que hoje sente que fez mais pela sociedade como empresário do que como investigador, apesar das inúmeras distinções alcançadas.

No período destinado às perguntas dos alunos, Jorge Guimarães foi questionado sobre matérias como a optimização dos recursos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas na saúde, sobre o prolongamento da vida através das conquistas da medicina, a concretização da Estratégia de Lisboa ou a eutanásia.

O 5º Dia

Tema “Falar Claro” foi a nota dominante da manhã do 5º dia, com Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus.

Após o almoço, Guilherme Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas, abordou a forma “Como funciona o Estado português: dos mecanismos de controlo ao combate à corrupção”

Os grupos de trabalho reuniram pelas 17 e 30; e ao jantar, a conferência foi de Alexandre Relvas.

O painel “Falar Claro”, teve como formadores Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus, que transmitiram um conjunto de conselhos sobre como comunicar em política, nos diferentes patamares de intervenção.

Rodrigo Moita de Deus, director-geral da empresa Nextpower Comunicação, e Carlos Coelho, deputado europeu e Director da UV, começaram por afirmar que “fazer política é comunicar”.

Introdução conceptual e histórica, casos práticos, filmes e animações sobre o que deve ou não ser evitado na transmissão das ideias ou na apresentação de uma comunicação fizeram parte do tema da manhã. A comunicação, marcada pela interactividade e variedade de documentação de apoio, desenvolveu-se através dos seguintes pontos: comunicar bem; escrever claro; contactos com a comunicação social;

os novos meios; e, 15 Conselhos para falar em público.

Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus transmitiram os seus conhecimentos e experiências acumuladas numa aula muito dinâmica e útil para o aperfeiçoamento das competências de comunicação política, nas diferentes plataformas de comunicação ao alcance dos alunos, dos media tradicionais aos novos meios.

Logo no período reservado às questões, foi notório o cuidado que os alunos tiveram para colocar em prática alguns dos conhecimentos que tinham acabado de ser transmitidos.

Guilherme d’Oliveira Martins

O professor da aula “Como funciona o Estado português: dos mecanismos de controlo e combate à corrupção” iniciou a sua intervenção saudando “todos os intervenientes da Universidade de Verão” na pessoa de Carlos Coelho, personalidade



que disse conhecer “há muitos anos”, tendo sempre mantido relações de amizade e um “longo respeito”.

O Presidente do Tribunal de Contas iniciou a sua preleção baseando-a em três ideias fundamentais: 1) a organização do Estado; 2) a necessidade de existirem mecanismos de controlo; 3) e, a corrupção.

Após o desenvolvimento dos seus temas, Guilherme d’Oliveira Martins terminou a aula afirmando “que há momentos em que o interesse nacional deve ser colocado acima de tudo e este é um desses momentos”. “Este momento deve ser acompanhado por todos os cidadãos, garantido a pluralidade e é essencial percebermos que o Estado de Direito e a Democracia garantem-se pelo respeito que merece de cada um dos cidadãos que nós somos”, concluiu.

Após a intervenção de Guilherme d’Oliveira Martins seguiu-se o tradicional período de perguntas por parte dos dez grupos de alunos.

Ao jantar, Alexandre Relvas

O jantar-conferência de sexta-feira ficou marcado pelo regresso de um ex-Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro à Universidade de Verão.

Na qualidade de empresário de sucesso, o CEO e accionista da Logoplaste, explicou aos alunos o longo caminho para o sucesso que a Logoplaste percorreu, sendo

hoje uma empresa liderante no mercado internacional. Alexandre Relvas transmitiu aos alunos a esperança e coragem de empreender, demonstrando, através do caso prático da sua empresa, que é possível vencer em Portugal e a nível internacional, apesar das diversas condicionantes do país e da economia nacional.

O empobrecimento do país face aos parceiros europeus nos últimos dez anos, fruto de um crescimento que é metade da média da União”, a quebra nas exportações e a redução da competitividade, um endividamento que levará trinta ou quarenta anos a ser pago, associado aos 500 mil jovens que abandonaram o ensino secundário em igual período, são razões suficientes para que a elite socialista peça desculpas ao país.

Alexandre Relvas defendeu que as leis estruturantes do país, como a laboral ou a das rendas, devem ser mudadas,

“O que me parece que é fundamental é olhar para o quadro legal em Portugal e ver que as leis estruturantes da República não levam a uma boa afectação de recursos e vale a pena alterar essas leis.” Alexandre Relvas referiu a lei laboral, a lei das rendas e a lei das falências como algumas das que devem ser mudadas.

Quanto à lei laboral, segundo o ex-presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro é preciso “ter a coragem de insistir” que a lei em vigor “só defende aqueles que trabalham” e “não defende aqueles que procuram um emprego”.

“Não vos defende a vocês, não defende aqueles que procuram um emprego, portanto, é preciso flexibilizar a legislação laboral para que vocês, os jovens, tenham oportunidade, para dar resposta aos quase cem mil jovens que não têm emprego: um em cada cinco”, argumentou, dirigindo-se aos alunos da Universidade de Verão do PSD.

Além disso, Alexandre Relvas defendeu que “é fundamental repensar a lei das rendas, que não leva a decisões correctas em termos de compra e de aluguer de casa”, apontando aos jovens que o escutavam: “Vocês são obrigados a comprar casa, a generalidade é obrigada a comprar casa, apesar de haver múltiplas casas sem ocupação no país”.

As leis estruturantes da República portuguesa não levam a boas decisões por parte das pessoas. O mesmo se passa no licenciamento dos investimentos: a burocracia, o tempo de decisão é excessivo. O mesmo se passa com a lei das falências: as empresas estão anos para falir, os activos ficam afectos, ficam parados durante anos e podiam ser afectos a outras actividades empresariais”, acrescentou.

“E sobre a justiça, enfim, os problemas falam por si, não é preciso eu fazer qualquer tipo de comentário”, observou o antigo secretário de Estado do Turismo, que advogou ainda que “o sistema fiscal também não promove uma boa afectação de recursos, não promove a competitividade”.

Por outro lado, na sua intervenção, Alexandre Relvas defendeu que “a grande prioridade, em termos económicos, aquilo que mais podia marcar a evolução da produtividade e da competitividade, para quem pense a médio longo prazo, é o ensino secundário e uma luta fortíssima para que Portugal passe para “indicadores equivalentes aos da Europa”.

Alexandre Relvas também teceu fortes críticas ao legado de José Sócrates como primeiro-ministro e dos governos do PS, defendendo que a elite socialista devia pedir desculpa ao país.

No final da intervenção, Alexandre Relvas descreveu Portugal como um país que “desde 2002 empobrece em termos relativos”, que cresce “metade da média da União Europeia”, incapaz de reduzir a sua pobreza e o desemprego, que contraiu um endividamento que “vai levar 30 ou 40 anos a ser pago”, que tem uma despesa pública excessiva e um défice de qualificação.

De acordo com Alexandre Relvas, desde que José Sócrates é primeiro-ministro, Portugal “está mais endividado, tem quotas de exportação menores e é menos competitivo do que era em 2004”.

“O engenheiro Sócrates é o responsável por baixa de crescimento do país, perda de quotas de exportações, endividamento do país”, acusou o ex-director da campanha de Cavaco Silva nas eleições presidenciais de 2006.

“Nós não nos orgulhamos deste país e o PS, que está no Governo há 15 anos, há praticamente 15 anos, devia olhar para estes números, a elite socialista devia olhar para estes números e devia, perante o país, pedir desculpa consequências da política que foi seguida ao longo dos últimos anos”, defendeu Alexandre Relvas.

O ex-presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro lembrou ainda que o primeiro-ministro, José Sócrates, tirando “um trabalho de estatísticas em termos de educação”, não deu solução aos problemas da pobreza e do abandono escolar.

“Não há nenhum tipo de resultados que tenham aumentado a igualdade de oportunidades e a mobilidade social em Portugal. E quem é mais marcado por isso é a vossa geração”, disse aos jovens inscritos na Universidade de Verão do PSD.

Quanto ao desemprego, Alexandre Relvas assinalou o número de jovens que não encontram emprego em Portugal, referindo que “há cem mil jovens desempregados” e que “50 a 70 mil pessoas que anualmente saem do país”.

“Só por vergonha é que não se fala da emigração. Estamos com níveis de emigração iguais aos dos anos 60. Não há direito de se continuar a cometer os mesmos erros e nós não podemos deixar continuar a cometer os mesmos erros”, considerou.

Segundo Alexandre Relvas, “o discurso do actual Governo é despesa pública e investimento público”, mas “o discurso para o futuro”, que levará à redução da pobreza e do desemprego, tem de ser “empresas, competitividade e exportações”.

“Eu não gosto de viver num país em que a despesa pública absorve mais de 50 por cento do produto”, manifestou o antigo secretário de Estado do Turismo, perguntando “qual é o limite para os socialistas da evolução da despesa pública: é 60 por cento é 70 por cento, é o país inteiro a trabalhar para a despesa pública?”, terminou.

O 6º Dia

O penúltimo dia da UV/2010 ficou marcado pelos exercícios de simulação da Assembleia, avaliados por Carlos Coelho e Agostinho Branquinho, com conferências de Francisco José Viegas e António Pinto Ribeiro, com o tema “Quem deve pagar a Cultura? O Estado ou os cidadãos?”

A conferência do jantar esteve a cargo da Prof.ª Dr.ª Elvira Fortunato

A simulação de Assembleia, exercício no qual os alunos trocaram argumentos em torno das suas propostas políticas, decorreu entre as 10h e as 16h30, tendo tido uma pequena interrupção para almoço. O desempenho dos alunos foi individualmente analisado, avaliado e comentado pelos Deputados Agostinho Branquinho e Carlos Coelho.

Às 17 horas iniciou-se o painel oponente entre Francisco José Viegas e António Pinto Ribeiro com o tema: “Quem deve pagar a Cultura: O Estado ou os cidadãos?”

António Pinto Ribeiro iniciou a intervenção de abertura do debate afirmando que a Religião, a economia e a cultura são matérias em que toda a gente se sente “encartada” para se pronunciar. Lamentando essa situação Pinto Ribeiro considerou que o campo da cultura, em especial, requer uma investigação permanente que pode coadunar-se

com questões de “sim ou não”, pois estaremos a falar de uma quantidade enorme de perspectivas na abordagem à cultura, que é tão complexa que qualquer resposta simples e imediata seria demasiado injusta.



Pinto Ribeiro, a encerrar a sua intervenção inicial afirmou não concordar com a visão redutora de que a actividade cultural cinge-se apenas ao Ministério da Cultura. “É também preciso falar dos privados, das fundações, das autarquias”, referiu.

Francisco José Viegas iniciou a sua participação no debate fazendo associar a imagem de uma visita a Alexandria, cidade aparentemente sem qualquer elemento extraordinário do ponto de vista paisagístico, com o facto de se estar num centro da cultura ocidental, com toda a história que passou por aquele local. Para Francisco José Viegas o financiamento à Cultura e a fruição cultural deve ser vista por esse prisma.

Francisco José Viegas afirmou ainda que desde 1983 é prometido que o Orçamento do Estado atinja o valor de 1% do PIB ou mesmo da despesa da Administração Central. “Nunca foi tão baixo como agora”, lamentou, relembrando que o valor mais alto foi o referente ao ano de 2002.

Elvira Fortunato, investigadora premiada pela pesquisa na área da electrónica transparente e Directora do Centro de Investigação da Faculdade de Ciência e Tecnológica da Universidade Nova de Lisboa foi a convidada da Universidade de Verão para o último jantar-conferência da edição de 2010.

A apresentação da cientista Elvira Fortunato terminou com a exibição de uma reportagem feita por um canal de televisão brasileiro sobre as suas pesquisas.

Já nas respostas às perguntas dos alunos da Universidade de Verão, Elvira Fortunato lembrou que a tão apregoada falta de meios não pode servir de desculpa para não se fazer nada. “Temos de trabalhar para ganhar os financiamentos”, afirmou.

Para terminar, deixou aos alunos, em jeito de desafio, a seguinte questão: “Se nós há quinhentos anos fomos tão bons, porque é que agora não haveremos de o ser?”

Simulação de Assembleia

A simulação de Assembleia, exercício no qual os alunos trocaram argumentos em torno das suas propostas políticas, decorreu entre as 10h e as 16h30, tendo tido uma pequena interrupção para almoço. O desempenho dos alunos foi individualmente analisado, avaliado e comentado pelos Deputados Agostinho Branquinho e Carlos Coelho.

Às 17 horas iniciou-se o painel oponente entre Francisco José Viegas e António Pinto Ribeiro com o tema: “Quem deve pagar a Cultura: O Estado ou os cidadãos?”

António Pinto Ribeiro iniciou a intervenção de abertura do debate afirmando que a Religião, a economia e a cultura são matérias em que toda a gente se sente “encartada” para se pronunciar. Lamentando essa situação Pinto Ribeiro

considerou que o campo da cultura, em especial, requer uma investigação permanente que pode coadunar-se com questões de “sim ou não”, pois estaremos a falar de uma quantidade enorme de perspectivas na abordagem à cultura, que é tão complexa que qualquer resposta simples

e imediata seria demasiado injusta.

Pinto Ribeiro, a encerrar a sua intervenção inicial afirmou não concordar com a visão redutora de que a actividade cultural cinge-se apenas ao Ministério da Cultura. “É também preciso falar dos privados, das fundações, das autarquias”, referiu.

Francisco José Viegas iniciou a sua participação no debate fazendo associar a imagem de uma visita a Alexandria, cidade aparentemente sem qualquer elemento extraordinário do ponto de vista paisagístico, com o facto de se estar num centro da cultura ocidental, com toda a história que passou por aquele local. Para Francisco José Viegas o financiamento à Cultura e a fruição cultural deve ser vista por esse prisma.

Francisco José Viegas afirmou ainda que desde 1983 é prometido que o Orçamento do Estado atinja o valor de 1% do PIB ou mesmo da despesa da Administração Central. “Nunca foi tão baixo como agora”, lamentou, relembrando que o valor mais alto foi o referente ao ano de 2002.

Elvira Fortunato, investigadora premiada pela pesquisa na área da electrónica transparente e Directora do Centro de Investigação da Faculdade de Ciência e Tecnológica da Universidade Nova de Lisboa foi a convidada da Universidade de Verão para o último jantar-conferência da edição de 2010.

A apresentação da cientista Elvira Fortunato terminou com a exibição de uma reportagem feita por um canal de televisão brasileiro sobre as suas pesquisas.

Já nas respostas às perguntas dos alunos da Universidade de Verão, Elvira Fortunato lembrou que a tão apregoada falta de meios não pode servir de desculpa para não se fazer nada. “Temos de trabalhar para ganhar os financiamentos”, afirmou.

Para terminar, deixou aos alunos, em jeito de desafio, a seguinte questão: “Se nós há quinhentos anos fomos tão bons, porque é que agora não haveremos de o ser?”

7º DIA: O Encerramento

A Universidade de Verão de 2010, terminou intervenções finais de Carlos Coelho, o responsável pela organização, de Pedro Rodrigues, Presidente da JSD e finalmente, como se esperava, do Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, que naquele espaço que tanto representava, fez um discurso programático de grande valia, estabelecendo linhas directrizes para o PSD, nos tempos que aí vêm.

Esse discurso é objecto de maior desenvolvimento neste número, a partir da pag. 2 (Actividades da Presidência) e para o qual enviamos os nossos leitores.

E é assim que, em nome da SD, nos despedimos “Até para o ano!” - Povo Livre; <http://universidadeverao.blogspot.pt/>

Miguel Relvas

Secretário-geral do PSD diz que aumento extraordinário de impostos resolveu problema da receita



No passado dia 3, Miguel Relvas, Secretário-Geral do PSD, «devolveu» ao Governo a acusação de “chantagem” no que diz respeito ao Orçamento de Estado (OE) para 2011. “Irresponsável é querer chantagear os partidos quando o Presidente da República já nada pode fazer após 9 de Setembro”, afirmou ao DN Miguel Relvas.

O secretário-geral social-democrata aludia ao facto de, a partir daquela data, se iniciar o período pré-eleições presidenciais, durante o qual Cavaco Silva não poderá dissolver o Parlamento, mesmo que o OE seja rejeitado pela oposição.

Ao argumento do ministro Augusto Santos Silva, de que “o PSD é irresponsável” ao não aceitar a redução das deduções fiscais com a educação e a saúde, quando a medida consta do PEC, que teve a abstenção do PSD ainda presidido por Manuela Ferreira Leite, Relvas contrapõe que Passos se demarcou dessa posição. Já na altura, o líder social-democrata contestou a intenção de restringir as deduções fiscais.

“Se insistirem nessa proposta no OE para o próximo ano, o PSD votará contra”, mantém o secretário-geral do PSD.

Miguel Relvas afirma que os 462 milhões de euros que o Governo esperava arrecadar com esse corte nas deduções fiscais em 2011 será em muito suplantado pela receita obtida com o aumento extraordinário de impostos selado entre Governo e PSD no pacote de austeridade. Só nos seis meses deste ano, diz Relvas, o Executivo vai arrecadar mil milhões de euros. No próximo ano, assegura, a verba conseguida com o aumento de IRS, IRC e IVA oscilará entre os 1,5 mil milhões de euros e os dois mil milhões, consoante o nível de crescimento económico.

“O Governo quer mais dinheiro porque não consegue controlar a despesa do Estado, mas é por aí que tem que ir”, insiste Miguel Relvas. Acusa ainda o Executivo de ser “completamente indisciplinado” no corte dos custos públicos.

Não se vê remédio, com o Governo actual à tragédia do desemprego

Miguel Relvas, já tinha afirmado que os dados do desemprego, que estabilizou nos 10,6 por cento, demonstram a “tragédia” dos portugueses sem trabalho, que são mais 100 mil do que há um ano.

“Estes números demonstram bem a crise que Portugal atravessa e a dimensão humana com que esta tragédia do desemprego, hoje, confronta os portugueses”, afirmou Miguel Relvas, em conferência de imprensa, na sede do PSD, em Lisboa.

O porta-voz dos sociais-democratas sublinhou que “Portugal tem hoje mais 100 mil desempregados que há um ano atrás, demonstrando aliás que não era possível concretizar o objectivo do Governo, que seria ter criado 150 mil novos postos de trabalho”.

“Só é possível ultrapassarmos esta crise estrutural, este pesadelo e esta tragédia social que é o desemprego, se Portugal for capaz de encetar reformas profundas na economia”, defendeu.

Miguel Relvas argumentou que é necessário criar “condições para que a economia portuguesa possa ser competitiva”, o que passa pela “capacidade exportadora” das empresas portuguesas, que “permita gerar o emprego” que, afirmou, o país não tem sido capaz de criar.

A taxa de desemprego em Portugal estabilizou nos 10,6 por cento no 2º trimestre do ano, o mesmo valor observado no primeiro trimestre do ano, segundo dados hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Relativamente ao período homólogo de 2009, o desemprego aumentou 1,5 pontos percentuais.

Entre Abril e Junho, o INE contabilizou um total de 589,8 mil desempregados, um acréscimo de 6,2 por cento face ao trimestre homólogo e um decréscimo de 0,4 por cento em relação ao trimestre anterior, refere o instituto.

«Determinados a não viabilizar o Orçamento-2011, se o Governo teimar em aumentar impostos e a não cortar na despesa!»

Falando com os jornalistas, à margem da conferência de Imprensa Miguel Relvas, reforçou a determinação dos sociais-democratas, de não viabilizar um Orçamento do Estado que aumente impostos, “de forma directa ou indirecta”, e que não corte na despesa.

“O PSD não viabilizará um orçamento que aumente impostos e não corte na despesa”, afirmou Miguel Relvas aos jornalistas, após a declaração sobre os números do desemprego.

O Secretário-Geral falava depois de ter sido questionado sobre as críticas que, provenientes do PS, tem sido alvo o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, pela intervenção no comício do Pontal.

Miguel Relvas respondeu a um dos jornalistas que o PS “incomoda-se sempre que se querem clarificar águas”, e aconselhou os socialistas a preocuparem-se “com o aumento muito significativo da despesa em Portugal”.

O secretário geral do PSD sublinhou hoje “ainda há dois meses atrás o Governo assumiu um compromisso com os portugueses de que iria resolver a redução do défice com um aumento de mil milhões pela receita e com um corte de mil milhões pela despesa”, tendo-se, por outro lado, verificado “um descontrole e uma indisciplina totais em matéria de despesa que demonstra que o Governo não está a ser capaz de conter a despesa”.

“O caminho da recuperação da economia portuguesa e a capacidade que nós vamos ter de cumprir o nossos

compromissos internacionais, assumidos no âmbito da União Europeia, não passam pelo aumento de novos impostos, sejam eles de uma forma directa ou indirecta, encapotados ou abertos”, afirmou.

No sábado anterior, Pedro Passos Coelho tinha desafiado o Governo do Partido Socialista, se se considerava em tão boas condições, a “devolver a palavra aos portugueses” até ao dia 9 de Setembro, enquanto o Presidente da República tem “os seus poderes intactos”.

“Se o PS quer continuar a fazer de conta que não é Governo ou que é um Governo de gestão (...) então é melhor que, enquanto o Presidente da República tem os seus poderes intactos, devolva a palavra aos portugueses”, tinha “lançado o cartel” Passos Coelho, aos pés do PS e de Sócrates, na Festa do Pontal.

O prazo para que o Presidente da República possa dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas termina a 9 de Setembro, seguindo os prazos de imunidade do parlamento, já que o seu mandato se esgota a 9 de Março de 2011.

Interrogado ainda sobre se o código contributivo, cuja aplicação foi adiada, entrará em vigor em 2011, Miguel Relvas respondeu que os sociais-democratas entendem que antes de o Parlamento se pronunciar, a matéria “deve ser abordada numa primeira fase em concertação social”, com empresários e sindicatos.

“Parecia-nos o caminho mais adequado. Se assim não for, no Parlamento será tomada, naturalmente, uma decisão”, afirmou.

O Secretário-Geral e porta-voz social-democrata, sublinhou que o Código Contributivo “é uma lei que foi aprovada e cuja entrada em vigor foi adiada por um ano”.

“O que nós entendemos é que a sua aplicação vai trazer um agravamento para as empresas e uma discriminação negativa para os contratos a prazo, o que prejudica o emprego e a competitividade da economia”, Miguel Relvas.

Por essa razão, o Secretário-Geral do PSD considera que, “numa primeira fase, o Governo deve levar essa matéria à concertação social, onde deve ser feita uma reavaliação porventura até mais ambiciosa do que apenas este ponto” da entrada em vigor.

“Com a actual situação económica, é mais do que prudente fazer uma reavaliação sobre a entrada em vigor [do Código Contributivo]”, afirmou.

Em Dezembro do ano passado, as bancadas da oposição aprovaram um diploma do CDS-PP que adiou a entrada em vigor do Código Contributivo – que o Governo previa que vigorasse a partir de 2010 – para 2011.

O diploma previa uma renegociação em sede de concertação social, mas a ministra do Trabalho, Helena André, disse publicamente no passado dia 23 de Junho que o Governo não vai fazer qualquer renegociação do diploma. - Fontes: Lusa, DN, RTP-1, Fotos Arquivo PL

Diogo Leite Campos

Governo vende património ao desbarato e em seis anos duplicou o desemprego



Diogo Leite Campos acusou o Governo, no dia 6 de Agosto, (em conferência de imprensa na sede nacional do partido, em Lisboa), o Governo de falta de um plano estratégico quanto às privatizações, afirmando que o Estado está a vender "ao desbarato" as participações nacionais em empresas.

O dirigente do PSD questionou a oportunidade das privatizações do BPN, EDP e Galp, hoje decididas em Conselho de Ministros, exigindo esclarecimentos do Governo sobre "as contas que ele deve [dar] aos portugueses sobre o [seu] dinheiro".

Quanto ao negócio do BPN, Diogo Leite de Campos levantou várias dúvidas: "Porquê 180 milhões de euros [valor mínimo estipulado pelo Governo para venda] e não 1800 milhões de euros ou 18 milhões de euros?", perguntou, defendendo que "quando alguém está a gerir os dinheiros de outrem, e neste caso é o Governo que está a gerir os dinheiros dos portugueses, deve-lhes completa e total explicação, que não foi dada".

O vice presidente do PSD afirmou que o Governo terá investido neste banco quatro mil milhões de euros – apesar de "nunca ter explicado qual foi o investimento" -, o que configura "o maior investimento de sempre em Portugal, equivalente ao aeroporto de Lisboa, o que não é uma quantia que possa passar despercebida aos portugueses".

Por outro lado, os sociais-democratas consideram "desajustado misturar a privatização do BPN com a privatização das participações dos portugueses na Galp e na EDP, porque são necessariamente intuítos diferentes, maneiras de vender diferentes, aceitação dos mercados diferente".

Para Leite de Campos, "o Governo não tem plano estratégico, não sabe fazer as coisas e está a misturar tudo, da pior maneira para os portugueses".

"Se a participação numa sociedade estrangeira era estratégica [a da PT na Vivo], será que a participação dos portugueses na EDP, na Galp, não são mais estratégicas? Mais uma vez aqui, o governo revela o desnorte. Promete uma coisa, diz uma coisa, muda de ideias, faz outra", criticou.

Para o PSD, "este Governo está a vender ao desbarato os activos do Estado, por impulso do momento, com espírito liquidador de massa falida, sem saber porquê, nem como, sem plano estratégico, sem saber se esta é a boa altura, se não é".

O vice-presidente social-democrata lembrou que o Estado "tem centenas de participações em diversas empresas", perguntando por que motivo o Governo não optou por "começar por essas, em vez de ter começado pela EDP e Galp".

Leite de Campos deu ainda outro exemplo do que considera ser a "falta de compromisso do Governo com os portugueses", citando dados do Eurostat, conhecidos esta quarta-feira, que colocam Portugal como o terceiro país da União Europeia com mais trabalhadores precários.

"Para um governo que diz, embora não pratique, defender o emprego, o facto de ter conseguido, em seis anos, duplicar o número de desempregados e atingir um

número recorde de 22 por cento de precários, vem desmentir qualquer intenção do Governo e afirmar mais uma vez que se trata de um desgoverno, que governa ao sabor das circunstâncias", sustentou.

O grande "foguetório" do Governo, ante 0,2% de crescimento não passa, afinal, de verdadeira estagnação económica

Diogo Leite Campos, no dia 13 do mês passado, qualificou de "estagnação" o crescimento, anunciado com grande foguetório pelo Governo, de 0,2 por cento da economia e defendeu que, caso a situação se mantenha, a "desconfiança" que existe face à Grécia vai "instalar-se" em relação a Portugal.

Leite Campos sublinhou que o país deverá preparar-se para "ataques" à banca e à dívida pública externa e afirmou que "está ameaçado" o défice que devia baixar este ano para sete por cento.

"A desconfiança que há em relação à Grécia, se isto continua assim, vai-se instalar em relação a nós. É normal que se instale a desconfiança perante um membro mais fraco, infelizmente lanterna vermelha, de uma equipa que está a crescer", afirmou Leite Campos, na sede do PSD, em Lisboa.

"A Europa está a crescer, graças a países mais sólidos financeiramente, que estão a crescer. Dos 27 da União Europeia, 23 estão a crescer mais do que nós. Nós estamos ao lado da Espanha e temos dois abaixo, a Grécia e a Letónia", argumentou.

O dirigente social-democrata respondia a uma pergunta sobre se este crescimento teria associado necessariamente um ataque especulativo à moeda.

A economia portuguesa abrandou o ritmo mas continuou a crescer no segundo trimestre, subindo 0,2 por cento face aos três primeiros meses do ano, e 1,4 por cento face ao mesmo período de 2009, indicou hoje o INE.

"A economia portuguesa voltou a entrar em estagnação, ou seja, não cresce. O não crescimento da economia portuguesa significa nomeadamente que não haverá mais emprego. Portanto, os 600 mil portugueses que estão desempregados não encontrarão emprego a curto prazo", afirmou.

Este nível de crescimento significa igualmente, defendeu, que "Portugal vai estar cada vez mais sob o ataque dos mercados internacionais, porque os mercados estão cada vez mais convencidos de que os problemas da economia portuguesa são problemas estruturais que só se conseguem ultrapassar com um desenvolvimento acentuado, o que não está a acontecer".

Para Diogo Leite Campos, os dados conhecidos hoje revelam que "a euforia de alguns, aliás muito poucos, no primeiro trimestre, revelou-se perfeitamente extemporânea", sublinhando que esse crescimento se deveu exclusivamente à compra de automóveis.

"Dizer que éramos o campeão do crescimento revelou-se uma graça de mau gosto", acrescentou.

Segundo o vice-presidente social-democrata, "o défice que devia baixar para 7 por cento está ameaçado".

Leite Campos argumentou que não é inevitável que a economia portuguesa estagne, mas para contrariar este movimento "tem de haver uma política clara de corte de despesa e crescimento económico, particularmente de apoio à exportação".

O dirigente do PSD sustentou que com um crescimento de 0,2 por cento Portugal não está sequer "a recuperar a quebra do PIB".

"Ficarei tranquilo logo que recuperemos a quebra do PIB e crescemos acima dos dois, possivelmente três por cento", afirmou.

Segundo Leite Campos, "se não forem tomadas medidas de contenção da despesa e de crescimento económico a situação vai piorar para o ano", sendo sentida pelas

famílias através da subida dos "spreads" da banca e da taxa "euribor" dos créditos à habitação.

Diogo Leite Campos insiste que o Governo deve apresentar rapidamente as principais medidas do Orçamento

O vice-presidente do PSD Diogo Leite Campos insistiu, no passado dia 21, que o Governo deveria apresentar até 9 de Setembro as principais medidas do Orçamento para 2011, considerando que divulgá-las só em Outubro, revela que o executivo está a "defender" o lugar.

"O Governo quer só apresentar o Orçamento e as medidas num momento em que não pode cair: isso é demasiada precaução, falta de capacidade de gestão, é demasiada falta de frontalidade", afirmou Diogo Leite Campos, em declarações à Lusa, a propósito da polémica dos últimos dias entre PSD e PS sobre a apresentação das medidas do Orçamento de Estado.

O tom subiu no fim-de-semana passado, quando o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, avisou que o partido só viabilizará O Orçamento de Estado para 2011 se o Governo apostar na redução da despesa e não voltar a aumentar impostos.

O prazo para que o Presidente da República possa dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas termina a 09 de setembro, já que o seu mandato se esgota a 09 de março de 2011.

Em declarações à Lusa, Diogo Leite Campos corroborou as palavras do líder social-democrata, considerando que seria "interessante" que o executivo apresentasse à oposição as medidas que pretende introduzir no Orçamento para o próximo ano, antes de Outubro.

"O Governo encolher-se até lá, e a partir daí viver ao abrigo das normas constitucionais que não permitem a sua demissão, é uma falta de frontalidade notável, é característico das pessoas que não têm projecto nem têm vontade de servir os outros", acusou, considerando que, se o executivo de José Sócrates tivesse um projecto, apresentava já o seu plano.

"O Governo sabe que não tem projecto e que se for para eleições vai perdê-las, portanto, o Governo está viver à custa dos portugueses, que todos os dias estão mais pobres, mais desempregados e mais tristes, está a defender o seu lugar", sublinhou.

Ou seja, insistiu o vice presidente do PSD, o PS está a preparar-se para só apresentar o Orçamento de Estado em meados de Outubro, quando já "não ser dissolvida a AR", para poder "governar mais alguns meses com total imunidade".

"O Governo está interessado só numa coisa: continuar a ser Governo. O PSD está interessado em que o Governo governe bem, se não governar bem, pois que abandone o lugar", referiu.

Diogo Leite Campos recusou ainda a possibilidade do PSD dar o 'primeiro passo' e revelar as medidas que defende para o Orçamento de 2011, reiterando que deve ser o executivo a apresentar primeiro as suas propostas.

"O PSD já tem programa de propostas, mas não tem significado apresentá-las já, porque o PSD não é Governo", explicou, admitindo, contudo, que os sociais democratas estão "incondicionalmente abertos" a discutir o plano que o executivo apresentar.

"Nós aceitaremos um Orçamento que seja um Orçamento sensato e patriótico", adiantou.

Como 'condições prévias' o PSD apenas insiste no não-aumento dos impostos e na redução da despesa do Estado. "Sem isso o PSD não aceita. Essa matéria é inegociável", salientou.

A Agência Lusa contactou igualmente os restantes partidos mas todos se mostraram indisponíveis para falar sobre o Orçamento de Estado para 2011 neste momento, remetendo uma posição para mais tarde. - Fontes: Lusa, CM, DN

Finanças descontroladas

“Sócrates falta à verdade”, afirma Miguel Frasquilho que denuncia execução orçamental caótica

O deputado social-democrata Miguel Frasquilho acusou, no passado dia 13, o primeiro-ministro, José Sócrates, de faltar à verdade e ter um “entusiasmo bacoco” em relação ao crescimento de 0,2 por cento da economia, anunciado pelo INE.

“Não consigo partilhar do entusiasmo do primeiro-ministro, diria mesmo que é um entusiasmo bacoco. É um entusiasmo que não tem fundamento”, afirmou Miguel Frasquilho à imprensa..

José Sócrates afirmou que o crescimento económico divulgado pelo Instituto Nacional de Estatístico (INE) “confirma a recuperação” da economia nacional e é “um sinal de grande encorajamento e confiança”.

A economia portuguesa abrandou o ritmo mas continuou a crescer no segundo trimestre, subindo 0,2 por cento face aos três primeiros meses do ano, e 1,4 por cento face ao mesmo período de 2009, indicou hoje o INE.

“Percebo que os governantes tentem incutir o máximo de confiança nos agentes, mas também percebo que os governantes não devem faltar à verdade aos eleitores, aos contribuintes, a todos os agentes de um país”, contrapôs Miguel Frasquilho.

“Claramente, o que me parece é que o primeiro-ministro hoje faltou à verdade, ou não soube ler os dados económicos ou leu-os de uma forma muito conveniente que só ele saberá qual é”, acrescentou.

O deputado social democrata sublinhou que “a esmagadora maioria dos países da zona euro e da União Europeia aceleraram o crescimento quer em termos homólogos quer face ao trimestre anterior, Portugal está no restrito grupo de países em que esse crescimento económico se reduziu e, pior, Portugal voltou a divergir face à média europeia e face à média da zona euro”.

“Temos um crescimento mais baixo, o que significa que no segundo trimestre do ano os portugueses voltaram a empobrecer. Penso que os portugueses estarão estupefactos também com a reacção do primeiro-ministro”, defendeu, sublinhando que parece que José Sócrates “vive num país e todos os outros portugueses vivem noutro”.

O “país real”, afirmou, é o que os dados mostram, “em que os 19 países para os quais foram conhecidos dados para o segundo trimestre, só há dois em que o crescimento diminui face ao primeiro trimestre, a Grécia e Portugal”.

“O que podemos encontrar é um país numa tendência descendente, que é, portanto, infelizmente, negativa. Isto não augura nada de bom para a segunda metade do ano, porque se sabe que os aumentos de impostos que foram decretados entraram em vigor na sua esmagadora maioria no início de Julho, ou seja, esta informação que agora foi divulgada não apanha esse período”, sustentou.

Governo com execução orçamental caótica, não cumpre minimamente os seus compromissos com o PSD

Miguel Frasquilho, considerou ainda, no passado dia 20, que o Governo não está a cumprir “minimamente” o acordo estabelecido em Maio com o PSD, sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento e que não está a conseguir controlar a despesa do Estado.

Num comentário à Informação, sobre a execução orçamental, o deputado refere que os números divulgados na sexta-feira são preocupantes, considerando que a despesa do Estado está “descontrolada”, e pede “explicações urgentes e claras ao Governo”.

“O Governo não está a cumprir minimamente o acordo que foi estabelecido quando o PSD deu uma mão ao país para salvar a credibilidade externa. Na altura ficou estabelecido que a redução do défice iria ser feito em montantes iguais do lado das receitas e da despesa”, disse.

A despesa corrente primária do Estado subiu 5,7 por cento de Janeiro a Julho, mas o grau de execução da despesa fica abaixo da média, o que garante a meta do défice deste ano, segundo o Ministério das Finanças.

O deputado do PSD está de acordo: “O défice de 7,3 por cento previsto para este ano parece não estar em causa”. Contudo, acrescenta, “nota-se que continua a haver evolução favorável da receita (quase 0,6 por cento), mas há um descontrolo grande da evolução da despesa do Estado, que cresce 3,8 por cento quando estava previsto crescer 2,7”.

“Como é que num ano em que os salários e as admissões na função pública foram congelados crescem as despesas com pessoal, numa base comparável, 3,9 por cento?”, questiona Miguel Frasquilho

O deputado do PSD considera ainda uma “total falta de vergonha” as declarações do dirigente socialista Vitalino Canas quando este admite novos aumentos de impostos para 2012.

O Ministério das Finanças justifica a subida na despesa dizendo que “reflecte em grande medida o aumento das transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social, no âmbito da respectiva lei de bases, e para o Serviço Nacional de Saúde”.

No comunicado de imprensa sobre a execução orçamental de Janeiro a Julho, o Ministério das Finanças sublinha que “a despesa efectiva do período de Janeiro a Julho de 2010 aumentou 3,8 por cento em termos homólogos” e que “essa variação diminuiu 0,5 pontos percentuais face ao mês anterior”.

O ministério diz que o défice do sub-sector Estado registou um valor de 8.903 milhões de euros nos primeiros sete meses do ano, “que representa um aumento de 347 milhões de euros face ao período homólogo de 2009, não pondo em causa, todavia, o objectivo de défice para 2010”.

A receita fiscal continua, tal como tem acontecido nos últimos meses, acima das previsões do Executivo, subindo 5,9 por cento face ao período homólogo, face ao objectivo de 1,2 por cento inscrito no Orçamento do Estado.

O IVA, por exemplo, gerou mais 844 milhões de euros ao Estado nos sete meses até Julho, chegando aos 6,6 mil milhões de euros, enquanto o imposto sobre o tabaco gerou um encaixe adicional, face ao ano passado, de 312 milhões de euros. - Fontes: Lusa, “Diário Económico”



Orçamento do Estado deve incluir medidas de incentivo ao emprego

Portugal precisa de novas políticas para combater o desemprego e, por isso, o PSD defende que o Governo inclua no Orçamento do Estado para 2011 medidas de incentivo à criação de emprego. Segundo Miguel Macedo, no último ano, aumentaram em 100 mil o número de desempregados em Portugal, ou seja, “310 portugueses por dia vão para o desemprego”. Estes números foram confirmados pelo Eurostat quarta-feira, dia 1 de Setembro, e indicam que a taxa de desemprego em Portugal foi de 11 por cento em Maio e Junho de 2010.

Ainda quanto aos dados do Eurostat, o líder parlamentar do PSD assinalou “o número muito preocupante de 20 por cento de jovens desempregados”, que, considerou, “corta a esperança de pessoas jovens, muitas delas qualificadas ou muito qualificadas” em Portugal.

“Os números que são anunciados pelo Eurostat, infelizmente, confirmam a realidade muito difícil do ponto de vista social que continuamos a viver em Portugal. Não vale a pena aqui agora discutir se são mais duas décimas ou menos duas décimas. A verdade é que do ponto de vista social e do ponto de vista humano esta situação do desemprego é muito difícil e, aparentemente, é para continuar a ser difícil”, considerou.

O presidente do Grupo Parlamentar insistiu na necessidade de mudar de políticas. “É preciso que o Governo rapidamente adopte novos programas, mais activos, de política activa para criar mais emprego e que o próximo Orçamento do Estado reflita também esta preocupação e dê incentivos que possam ser entendidos pelo mercado e pelas empresas para a criação de novos empregos”, defendeu.

Miguel Macedo reforçou que o PSD espera que “o próximo Orçamento possa, dentro da circunstância em que estamos, dar um sinal para os agentes económicos, para as empresas, que são aquelas que criam emprego, no sentido de podermos sair desta situação difícil do ponto de vista social”.

O PSD reitera o seu apelo ao executivo para que o Código Contributivo “volte à concertação social e o Governo faça uma avaliação muito rigorosa de todas as consequências decorrentes do Código Contributivo”, que, segundo o PSD, contém medidas que, “nesta conjuntura, podem ser prejudiciais à criação de emprego”. “Nós já fizemos um apelo ao Governo nesse sentido anteriormente e voltamos a fazê-lo neste momento”, sublinhou Miguel Macedo.

PSD pede apoio a pastores e reflorestação do Gerês

O líder parlamentar do PSD, Miguel Macedo, afirmou que após os incêndios no Parque Nacional da Peneda-Gerês o Governo tem de investir no apoio aos pastores, no reforço da segurança de vias e na reflorestação.

O líder parlamentar adiantou que o PSD vai apresentar, na reabertura dos trabalhos da Assembleia da República, um projecto de resolução sobre combate a incêndios, contendo propostas cujo conteúdo ainda está a ser ultimado mas que têm em conta as lições da chamada “época de incêndios”.

Miguel Macedo falava aos jornalistas na barragem de Vilarinho das Furnas, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, onde se deslocou no dia 27 de Agosto, para se inteirar das consequências dos incêndios que assolaram a zona.

Na deslocação, o líder parlamentar manifestou ainda que, “em primeiro lugar, é preciso prover com os meios necessários aqueles que vivem da pastorícia, porque ficarem sem pastos de forma a que possam manter os seus rebanhos, que são uma fonte importante de rendimento económico”.

Defendeu que a segunda prioridade de intervenção no Parque se

prende com questões de segurança, já que muitas das encostas das serras do Gerês e da Amarela ficaram completamente queimadas e têm problemas eventuais de queda de pedras”.

“Há aqui problemas de insegurança e que podem causar graves acidentes pelo que é preciso olhar com atenção para a questão, tendo em conta as vias que passam ao lado dos montes ardidos”, sustentou.

A terceira medida que o PSD preconiza é a de “a seu tempo, se fazer a reflorestação que for necessária para repor a flora, a fauna e a paisagem”.

“É um trabalho que vai demorar mais tempo e que exige outro tipo de planeamento”, frisou.

Miguel Macedo adiantou também que o Grupo Parlamentar do PSD vai apresentar, na reabertura da Assembleia da República, um projecto de resolução sobre o tema, com medidas baseadas na informação recolhida sobre o modo como correu o combate aos incêndios”.

Governo pretende centralizar em absoluto a promoção turística

O deputado do PSD Mendes Bota rejeita por completo a intenção governamental de centralizar em absoluto as decisões sobre a contratualização das acções de promoção turística no exterior, reduzindo o papel das Entidades Regionais de Turismo (ERT), das Agências Regionais de Promoção Turística (ARPT) e dos próprios privados a meros executores de um plano de “marketing” nacional que colocará nas mãos do Turismo de Portugal todo o poder de decisão.

De acordo com Mendes Bota, será um “profundo golpe na já de si reduzida autonomia regional das estruturas turística”, por parte de um executivo que se reivindica adepto da regionalização.

Na base desta intenção, está um estudo encomendado à Roland Berger Strategy Consultants, onde pontifica o ex-ministro da Economia, Manuel Pinho, que monitorizou o actual modelo de contratualização das acções de promoção turística externa que envolve as Agências Regionais de Promoção Turística, os privados e o Turismo

de Portugal.

A serem adoptadas as propostas da Roland Berger, o Instituto do Turismo de Portugal passaria a ter poderes totais e absolutos na definição e na decisão sobre as orientações acerca da elegibilidade das iniciativas a apoiar. O Turismo de Portugal passaria também a definir os orçamentos dos planos de promoção regionais, linha a linha, iniciativa a iniciativa, por instrumento e por mercado, e seriam excluídas todas as acções promocionais que não se submetessem às opções do tal plano de “marketing” nacional.

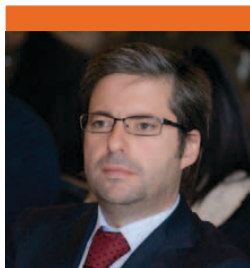
O deputado do PSD considera “inaceitável” essa intenção, que reduz as entidades regionais eleitas democraticamente a um papel de meros executores das orientações tomadas em Lisboa.



Deputados do PSD estiveram na Feira de Mobiliário de Paços de Ferreira

Miguel Macedo, conjuntamente com vários deputados do PSD e o vice-presidente do Partido, Marco António Costa, visitaram quarta-feira, 1 de Setembro, a 35.ª Feira de Mobiliário em Paços de Ferreira - Capital do Móvel.

A propósito do sector, o líder parlamentar afirmou que “o Governo precisa de ter políticas mais activas a favor das empresas, ajudando-as à internacionalização, como vários empresários têm feito, às vezes sozinhos”.



Um país de desempregados

Marco António Costa (*)

José Sócrates tem vindo nos últimos dias a acenar com o espectro de o PSD poder vir a ter uma actuação menos preocupada com o Estado Social uma vez chegado ao Governo. O Primeiro-ministro e os responsáveis socialistas parecem apostados em acenar com fantasmas e cenários delirantes sobre o que os portugueses podem esperar daquilo que também a eles já lhes parece inevitável, a mudança de um ciclo político que já dura há tempo demais.

Em vez de se preocuparem com o próximo Orçamento de Estado e de começarem a mostrar que têm alguma ideia que não seja o aumento da carga fiscal sobre os contribuintes e a manutenção dos milhares de boys que pululam no aparelho de Estado, os socialistas empenham-se em atacar e caluniar a oposição.

Deviam, em vez disso, olhar-se ao espelho, reconhecer a sua incapacidade no combate à crise, escutar o que principal partido da oposição diz e procurar os consensos indispensáveis para fazer com que Portugal reencontre o caminho do crescimento económico e do progresso.

O desemprego é bem o exemplo da contradição entre o discurso surreal de José Sócrates e o verdadeiro “estado social” que nos oferece. A crise financeira e económica chegou ao mercado de trabalho nacional em Maio de 2008. Desde então, pôs no desemprego uma média de 300 portugueses por dia.

A taxa de desemprego em Portugal passou de 7,7% da população activa, afectando 427 mil indivíduos, para 10,8% (Julho de 2010), o que representa um agravamento de 3,1 pontos percentuais e um alargamento para quase 600 mil portugueses que procuram e não encontram trabalho.

Esta é a dura realidade e nem o tradicional emprego sazonal de Verão mudou significativamente o panorama. Entre os jovens são praticamente 63 mil os que não encontram emprego e quase 47 mil licenciados estão na mesma situação.

A estes números seria ainda necessário acrescentar mais de 200 mil portugueses que não são abrangidos pelas estatísticas, quer porque já esgotaram o período

de apoio ao desemprego quer porque não têm e nunca tiveram qualquer vínculo laboral.

José Sócrates fala de estado social sem ter moral para o fazer. Porque na última campanha eleitoral prometeu o alargamento e o aumento dos apoios sociais, prometeu um crescimento do investimento público capaz de criar novos empregos, prometeu o que sabia não poder cumprir porque para tal foi avisado.

O que temos, a realidade é um desemprego que não desce e um descontrole de execução orçamental que é a antevisão do que pode acontecer em Portugal se os socialistas continuarem por muito mais tempo a governar: a falência total do estado social, não por uma qualquer ideologia ou conspiração do PSD, mas antes por total incompetência e manifesta incapacidade de José Sócrates, do seu Governo. (*) *Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD*



Apagar fogos que não deveriam arder...

José Palma Rita (*)

Em meados do Agosto que agora finda, poupados no Alentejo pela crescente desertificação física e pelo atraso no início da época de caça, assistimos ao desespero das gentes do norte e centro, a braços, com fogos florestais sufocantes que tudo varreram, incluindo várias vidas humanas. Os ministros responsáveis (dos poucos que conhecemos deste governo), logo nos entraram em casa no nobre horário televisivo para justificarem que ainda não tínhamos chegado à área ardida em 2003 e 2005 e, por isso, poderíamos dormir descansados que, a providencial governação socialista não fazia prever que tal acontecesse, dada a experiência adquirida noutras previsões falhadas: desemprego, défice externo, despesa pública, etc.

Confesso que não consigo recordar em pormenor se os referidos anos geraram mais ou menos ondas de calor que o presente ano e qual a intensidade das mesmas, mas, o discurso do governo induzia a pensar que, hoje, há mais meios de combate aos incêndios que nos anos anteriores, facto que as próprias corporações de bombeiros se encarregaram de questionar desde logo, devido aos incompreensíveis e injustificáveis atrasos no processo de aquisição de viaturas, que se arrasta pelos últimos 3 anos.

É difícil acreditar num Governo tão “simplex” há quase 6 anos, que diz não conseguir adjudicar a aquisição de 95 viaturas para os bombeiros devido à burocracia da contratação pública, a mesma que tantas vezes já contornou para a contratação directa de serviços a tantos prestadores amigos, especialmente em ano de repetidos actos eleitorais como aconteceu em 2009 (já nem falo no mais que vergonhoso processo Magalhães). Por falta de disponibilidade financeira também não parece ser, pois o governo até prefere gastar em 2010 os 546 M€ forçadamente cativos/poupados por alguns ministérios em 2009 do que reduzir o défice em 0,3%, como se não houvesse urgência disso à luz da imagem de responsabilidade que quer

passar junto das agências financeiras externas. O pior é que essa “poupança” se esfumará nos vencimentos dos nunca tantos assessores de gabinetes ministeriais, sem qualquer utilidade para o reforço no combate aos fogos (apenas 13 M€ para as 95 viaturas) ou para a construção de algum novo hospital (alguém sabe algo novo sobre o prometido hospital regional de Évora?).

O Secretário de Estado dos fogos, puro exemplar da acumulação de pensões políticas com os vencimentos de exercício de outras mesmas, lá inventava argumentos nas televisões para desculpar um governo que pretende fugir a todo o gás da despesa eleitoralmente menos rentável, secundando o Ministro da Administração Interna. Depois desapareceram das TV’s os protagonistas desta área governativa e entrou em acção mediática o Ministro da Agricultura, fugindo a um balanço dos fogos.

Compreende-se a estratégia. Na verdade, independentemente dos meios de combate aos incêndios, há, uma avaliação da responsabilidade do Governo que deve ser feita a montante dos mesmos e que é a da gestão da floresta, que estando agora a arder, procura o Governo a todo o custo evitar discutir. Sem descurar o encerramento de postos da GNR, escolas, centros de saúde e vários outros serviços públicos que os governos do PS aceleraram desde 2005, com evidente desertificação física e humana do meio rural, haverá ainda que recordar de uma vez por todas a incúria e negligências de que o anterior Ministro da Agricultura fazia gala, e atribuir-lhe as respectivas responsabilidades aos seus criminosos actos para o mundo rural.

A retirada de autonomia aos serviços florestais do Ministério da Agricultura, o esvaziamento de meios técnicos e humanos conducentes ao seu desmantelamento, a desvalorização da urgência na elaboração de planos regionais de ordenamento florestal, o arrasta-

mento da criação das zonas de intervenção florestal, os inexplicáveis atrasos na execução do PRODER, conduziram, durante 6 anos, por opção consciente do governo, a uma acumulação de material combustível na floresta portuguesa que contribuiu, em grande medida, para o reacender da força devastadora dos fogos florestais em 2010.

Como em todas as restantes áreas, para um governo que pretende a todo o custo conservar o poder e que vive da enganadora imagem fabricada, a prioridade deixou de ser a prevenção dos incêndios florestais por via da gestão e ordenamento da floresta. Ao contrário, ela deu lugar à criação de um dispositivo de combate dos fogos que pareça mais eficaz, sacrificando assim milhares de hectares e bens patrimoniais do país que ardem entretanto, porque é eleitoralmente mais rentável a imagem televisiva dos meios aéreos de combate aos fogos, mesmo que alugados a entidades particulares por verbas exorbitantes, do que investir os mesmos recursos financeiros na prevenção dos incêndios que poderiam não ter deflagrado. Quando se governa exclusivamente para a imagem, o lema parece ser o irresponsável “deixa arder” mas, só os que não têm culpa se queimam. - (*) *Presidente da CPS/Évora-PSD, Correspondente especial do PL, JPRita@Gmail.com*



Aqui, ou na vida real?

Carlos Amorim (*)

1. Um amigo que ainda fez o serviço militar obrigatório contou-me um episódio curioso: os recrutas estavam na parada a serem ritualmente insultados por um sargento. O bruto inquiria-os acerca das suas qualificações e profissões para, logo de seguida, os vilipendiar acerca disso. A dado passo, berrou a um magala com ar assustadigo: "O que é que tu fazes?" O rapaz balbuciou um elucidativo pedido de esclarecimento: "Aqui ou na vida real?"...

2. A duplicação tautológica das expressões que o modismo impinge gosta de discorrer sobre a divergência entre os "ritmos da justiça" e aqueles a que todos nós estamos sujeitos. Evidentemente, isso não passa de um disparate forjado por quem pretende desculpar o que não devia. A obscena lentidão da justiça não pode ser justificada com eventuais discordâncias naturais entre o seu exercício e a cadência em que o nosso tempo se move.

3. Sejamos claros: a justiça é vagarosa porque funciona mal. Porque está pessimamente organizada. Porque os seus operadores se equivocaram acerca dos seus fins

- o sistema de justiça está confeccionado para comprazer os diversos grupos de interesse que nela vivificam e não para satisfazer as aspirações do todo social. A justiça é monstruosamente burocratizada, rege-se por leis mal traduzidas do alemão, elaboradas para uma realidade e, sobretudo, pressupondo um ambiente policial e judicial a muitas léguas daquele que por aqui subsiste. A generalidade dos professores de Direito considera que qualquer remota ligação à realidade é susceptível de desconsiderar a pretensa torre de marfim em que se enclausuraram, e as hierarquias das várias coutadas do poder judicial aninham-se no regaço das altas instâncias políticas com uma voluptuosidade indisfarçável.

4. Desde que o caso Freeport renasceu por impulso inglês, em 2008, as personagens que ilustram a disfuncionalidade que o sistema vem apregoando, Pinto Monteiro e Cândida Almeida, anunciaram aos sete ventos que José Sócrates estava inocente - a única surpresa apenas aconteceria se os resultados da investigação desmentissem esse axioma antecipado.

Agora, os socráticos do costume (mal) acompanhados por eternos enamorados pelo politicamente correcto decretaram que o despacho dos procuradores do inquérito está ferido de "deslealdade". Esquecem-se de que esses procuradores são magistrados e não meros paus-mandados, amestrados para serem mudos espectadores da ruína do seu trabalho e compelidos a uma cumplicidade em nome de coisas menores - não o foram com Lopes da Mota e não o quiseram ser agora. Ainda bem.

4. Hernando de Soto provou que existe uma relação directa entre a eficiência da Administração e o desenvolvimento dos países. Julgo que é possível fazer um paralelismo semelhante quanto ao sistema judicial. Mas não há hipótese de cura quando o doente paralisou num estado de negação. O maior problema da justiça reside no facto de a maior parte dos juristas não reconhecerem que o cidadão comum, tal como o magala da história, faz uma distinção assertiva entre os tristes enredos desta justiça e aquilo que efectivamente sucede na vida real...

(*) *Economista, Professor Universitário, Cronista*

Cartas e Mensagens ao PSD

O PS está no pântano...

O PS está num pântano, não consegue impor respeito na Procuradoria Geral da Republica, nas chamadas Altas Autoridades que supostamente nos deviam proteger andam completamente perdidos...sentimo-nos num navio à deriva completamente sem rumo. o governo anuncia medidas como no caso das SCUT, SEM PENSAR COMO AS IMPLANTAR, tudo feito no joelhoparece que anda tudo louco. E depois agora a culpa é do PSD!!!!????....

O PS, até vai apoiar o candidato presidencial lançado pelo partido da "esquerda radical"!

As contas estão completamente descontroladas, veja-se as dividas às farmácias, e acham que não é preciso alterar nada????!Continuam distraídos como sempre. Tudo o que o era considerado por eles "bota abaixo" está a acontecer, feito por eles.... e perante a fingida "surpresa" dos governantes.

O país não pode mais estar entregue a quem está permanentemente "surpreendido e enganado", assim é impossível termos esperança no futuro!

Felicidades ao PSD e obrigada por continuarem a ouvir o povo! - *Sonia Mendes, sonimen@hotmail.com*

Cada vez mais preocupada...

Estou cada vez mais preocupada com a situação económica deste País, gostava sinceramente que o nosso partido tomasse uma posição mais firme e, acabasse de uma vez por todas com esta farsa do Governo Sócrates, estou com vocês desde os meus 18 anos de idade e toda a minha família.

Desejo a maior sorte para o meu partido de coração e, espero sinceramente que este País mude o mais rapidamente possível de cor politica, para o verdadeiro LARANJA.

Gosto particularmente da tenacidade do líder do PSD, Pedro Passos Coelho, desejo que o nosso futuro seja mais confiante e possa dar aos meus filhos ferramentas para que sejam independentes e que tenham condições de um trabalho digno.

Bem hajam - *Teresa costa Alvarenga, teresa.alvarenga@alentejolitoral.min-saude.pt*

Governo dilapida riqueza ferroviária do Norte e empobrece o Povo

Sou engenheiro (verdadeiro) e resido no Grande Porto, onde também trabalho. Venho alertar, especialmente o PSD e o Dr. Pedro Passos Coelho, como líder da oposição, para o que o governo esta a fazer ao povo de Trás-os-Montes.

O povo trasmontano e duriense acabam de perder as linhas ferroviárias que ainda tinham.

É só ver o que aconteceu às linhas do Tâmega e Corgo que ligam respectivamente Libração a Amarante e Régua a Vila Real, arrancaram os carris com finalidade de renovação e agora com as medidas de austeridade suspenderam as obras, agora nem linha velha nem nova, e há populações para as quais o único meio de transporte é o comboio.

Quanto à linha do Tua, que é uma das linhas de montanha mais lindas da Europa, depois que foi anunciada uma barragem para a foz do Tua nunca mais circulou comboio nesta linha, apesar de ter sido reconhecida como "de interesse nacional".

Quanto à linha do Douro/Pocinho/Barca D'Alva, foi anunciada pela anterior Secretária de Estado Dr.ª Ana Paula Vitorino, com sendo uma linha a reactivar para turismo, temos estado a esperar e a desesperar para ver...

Eu, como tenho algumas propriedades no Douro, vou frequentemente a esta região e utilizo o comboio para me deslocar, na viagem cruzo varias vezes com turistas de varias nacionalidades, eles relatam-me, "sendo o Douro património da Humanidade não compreendem porque é que o governo fecha todas estas linhas maravilhosas."

A linha do Douro com ligação a Espanha poderia ser uma mais valia para trazer turistas Espanhóis à região norte, agora que até foi inaugurado o museu de Vila Nova de Foz Côa.

Já foram feitas petições, mas nada resultaram, pois o nosso primeiro-ministro não houve ninguém é cego, surdo e mudo quando se trata de anseios da população.

Peço ao Sr. Doutor Passos Coelho que faça ver ao governo esta situação, ou pelo menos, quando for primeiro-ministro, o que eu acho que vai acontecer em breve, tenha em atenção esta situação, pois o povo trasmontano e duriense agradece e não esquece... - *António Custois [mailto:acustois@hotmail.com]*

Afinal, são os socialistas que destroem o Serviço de Saúde!

Sócrates continua a insistir que é a esquerda moderada que tem serviço de saúde, educação e justiça, igual para todos.

Será que não percebe que isso é um insulto e uma falta de respeito para a grande maioria dos portugueses, que tem que usar estes serviços e os vêem a degradar-se semana após semana????!!!

Já por diversas vezes vimos como Sócrates e este PS estão insensíveis à realidade e depois acabam por ter que reconhecer que "erraram". Chega de nos andarem a enganar e de se recusarem a ver a realidade e tomar medidas para que não fiquemos ainda pior.

A maioria da classe média já tem que recorrer à Medis, etc....para ter o mínimo da tal dignidade! Sócrates venceu as eleições mas não nos podemos esquecer que foi à custa de "erros" e "enganos"!!!!...Que credibilidade tem? - *Margarida Sousa, margasous@hotmail.com*

IAPMEI não separa o trigo do joio?

Do nosso amigo e companheiro A. Policarpo, recebemos esta citação, que publicamos:

O Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (FRME) do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) apoiou a empresa Leirislena com uma entrada no capital de €850 mil no final de janeiro deste ano e, menos de dois meses depois, a empresa entrou com um pedido de insolvência em tribunal.

Além da injeção de capital, a Leirislena recebeu ainda €86,5 mil de prestações suplementares, que deveriam ter chegado a €400 mil, o que não aconteceu dada a situação da empresa. Foi uma das sete operações do FRME este ano. No ano passado, gastou €30 milhões com 15 empresas e três delas já faliram ou estão em risco de falir. Está em causa uma verba de quase €8 milhões.

Enviado por Antonio Policarpo, ajs-policarpo@hotmail.com

Desemprego continua a ser o maior problema do arquipélago



O PSD/Açores considera que o desemprego continua a ser o maior problema que afecta a sociedade açoriana, salientando que a “euforia” demonstrada pelo presidente do governo acerca dos mais recentes dados do Instituto Nacional de Estatística “não devolve emprego” aos açorianos. “Os dados mais recentes revelam uma realidade preocupante. Assiste-se a uma descida homóloga de 1,9 por cento na população empregada, que traduz a incapacidade da economia açoriana a nível de criação de emprego. O desemprego continua, pois, a ser o maior problema da sociedade açoriana”, afirmou, em comunicado, a comissão política regional do PSD.

O PSD/Açores declara que “não é qualquer declaração entusiasmada [de Carlos César] que devolve emprego” aos açorianos, sublinhando que “só por manifesta falta de seriedade política podem ser minimizados os efeitos graves que a crise da economia açoriana há muito está a provocar”.

Os dirigentes do PSD/Açores recordaram que, no primeiro trimestre deste ano, foi atingido o “maior número de desempregados na história da Autonomia”, com mais de nove mil açorianos no desemprego, tendo o governo socialista limitado a sua acção a “soluções momentâneas, que apenas servem para adiar os problemas”.

“O governo regional tentou disfarçar. Através de programas ocupacionais, ou de cursos de formação de curta duração que não respondem às reais necessidades de qualificação sentidas pelas empresas, adiou o problema. Não o resolveu. O desemprego continua a atingir muitos milhares de açorianos, que não encontram razões para que a esperança regresse ao seu dia a dia”, sustenta o PSD/Açores.

Segundo a comissão política regional do PSD/Açores, o problema do desemprego nos Açores “só pode ser resolvido com acção, algo que o governo de Carlos César, cansado de 14 anos, já provou não ter”.

PSD/Santa Maria denuncia incapacidade da Lotaçor para escoar milhares de toneladas de atum

O PSD/Santa Maria denunciou a “incapacidade” da Lotaçor para resolver o problema de escoamento e congelação de milhares de toneladas de atum, o que coloca “em risco” a sobrevivência de pescadores e famílias. “A Lotaçor em Santa Maria tem demonstrado incapacidade em resolver o problema de escoamento e de congelação de milhares de toneladas de atum que têm chegado ao porto de Vila do Porto”, referiu, em comunicado, a comissão política de ilha do Partido, presidida por Ainda Santos.

O PSD/Santa Maria lembra que esta situação “põe em risco a sobrevivência de pescadores e famílias que da pesca dependem, numa altura que é por todos reconhecida como de excepcional safra, para já não falar nos milhares de euros investidos nas embarcações”.

O PSD/Santa Maria manifestou a sua “preocupação” com o caso e exigiu que sejam tomadas “medidas concretas que venham pôr cobro a esta situação, para bem da ilha e dos nossos pescadores”.



PSD demarca-se “da postura intolerante” do autarca de Lagoa

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal da Lagoa emitiram um comunicado, onde se demarcam “da postura patente nas recentes declarações do edil João Ponte ao Telejornal da RTP/Açores, a propósito da hipotética redução de montantes nos protocolos assinados com os clubes desportivos do concelho”.

Rui Ramos e Carlos Furtado reprovam “um tipo de postura que vai contra os valores da tolerância, da liberdade e da democracia, potenciando e aumentando os receios, os medos e a certeza de que o melhor é ficar calado e ir aceitando as coisas segundo as regras e a vontade de quem lidera hoje os destinos do concelho”, pode ler-se na missiva do PSD.

Os vereadores recordam que o autarca socialista, “perante a opinião de um dirigente de uma instituição, no caso treinador e vice-presidente, sobre as dificuldades do seu clube pelo mau estado do relvado municipal e pela diminuição dos apoios concedidos pela câmara, assumiu que a manter-se esse tipo de relacionamento a câmara da Lagoa teria que repensar o apoio a clubes que têm aquele tipo de postura para com a autarquia”, citam.

Segundo Rui Ramos, “é inaceitável que o eng. João Ponte se refira a uma instituição, seja ela qual for, nos termos em que o fez. Nas suas declarações estão sinais enviados à sociedade e às instituições em particular, sinais verdadeiramente intimidatórios, pois sabemos de antemão que o poder que possui é suficiente para determinar ou não a sobrevivência da maioria das instituições do concelho”, refere o vereador.

O vereador deixa claro que “o povo atribuiu a João Ponte a maioria absoluta para governar em democracia, não lhe deu um poder absoluto nem muito menos discricionário. Pelo que, na Lagoa, é urgente que se respeitem a sério as regras democráticas”, conclui.

Madeira

Sistema judicial deve punir incendiários

O PSD/Madeira defende que o sistema judicial deve “dar um sinal inequívoco de que o crime não compensa” aos incendiários e cidadãos negligentes que originam fogos florestais, que devem ser punidos de forma exemplar.

A posição do grupo parlamentar social-democrata madeirense foi veiculada em conferência de imprensa pelo deputado Vicente Pestana, após uma visita aos locais afectados por incêndios ocorridos dias 13 e 14 que consumiram uma vasta área da floresta da região e destruíram quase por completo o Parque Ecológico do Funchal.

“Entendemos que ser dado um sinal inequívoco a incendiários e negligentes que o crime não compensa. Este é um crime grave contra as pessoas, bens e natureza que deve ser punido exemplarmente”, declarou.

Vicente Pestana sustentou também que todos os indícios relacionados com este tipo de situações “devem ser rigorosamente investigados pelas autoridades e caso se encontrem culpados devem ser punidos de forma exemplar”.

Os deputados do PSD/Madeira observaram durante a visita nas Serras do Poiso e Areeiro os trabalhos que estão já a ser realizados para “minimizar os estragos”, apontando “a rega das plantas para tentar salvar algumas e a reposição das condições dos canais de rega para que a água chegue aos agricultores”.

Notícias de Leiria

PSD exige a modernização da linha do Oeste

A Comissão Política Distrital de Leiria do Partido Social Democrata, ao tomar conhecimento, através de uma recente entrevista ao presidente da CP, da confirmação da suspensão do investimento previsto para o início do processo de modernização da Linha do Oeste, manifesta publicamente a sua frontal oposição e maior repúdio relativamente a tal decisão.

Para o PSD/Leiria, "trata-se do mais grave embuste do governo socialista e do primeiro-ministro José Sócrates à região de Leiria e do Oeste".

Recorde-se que a REFER, empresa gestora de infra-estruturas ferroviárias nacionais, tinha inscrito no seu plano de investimentos uma verba superior a 120 milhões de euros para afectar à linha do Oeste até 2016, dos quais 8,5 milhões seriam investidos já este ano, 40 milhões no próximo ano e 48,5 milhões em 2012. Recorde-se ainda que, tanto a modernização da linha do Oeste como a via férrea de Santarém às Caldas, tinham sido promessas acordadas e assinadas entre o governo e os municípios da OesteCIM, no âmbito das medidas

compensatórias pela deslocalização da Ota do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa.

Esta decisão "compromete o futuro de Leiria e da região do Oeste, designadamente prejudica as actividades económicas, limita a circulação de pessoas e contribui para a degradação da qualidade ambiental de uma região, que há mais de três décadas reclama a modernização da Linha do Oeste".

O PSD do distrito de Leiria exige, por isso, que Governo retome o plano de investimento previsto para a Linha

do Oeste, bem como denuncia o conformismo dos responsáveis pelas empresas públicas REFER e CP, porquanto deveriam estar na linha da frente na defesa deste projecto, por ser essencial à rentabilização desta ligação ferroviária de pessoas e mercadorias.

Notícias do Porto

Deputados do distrito pedem explicações ao Governo sobre o desvio de verbas comunitárias

Os deputados do PSD do Distrito do Porto anunciaram quinta-feira que vão solicitar esclarecimentos ao Governo e efectuar uma exposição a Bruxelas sobre o desvio para Lisboa de verbas comunitárias destinadas a outras regiões do país.

Em comunicado, o PSD/Porto salienta que "são verbas comunitárias que apenas são entregues a Portugal porque existem Regiões com níveis de desenvolvimento muito baixos e que justificam a respectiva atribuição". "No entanto, assim que obtém as verbas, o Governo trata de, invariavelmente, as desviar das regiões que serviram de fundamento à atribuição por parte de Bruxelas, para a região de Lisboa", acrescenta.

O PSD esclarece, por isso, que vai denunciar a Bruxelas "esta situação escandalosa a que se tem

assistido na aplicação das verbas comunitárias" e exigirá "esclarecimentos sobre todas as situações verificadas".

"No dia em que é divulgada a mais elevada taxa de desemprego de que há memória, com especial incidência das regiões mais pobres do País, o Governo confirma que efectuou novo desvio de verbas para Lisboa", sublinha o PSD/Porto.

Já no passado sábado, no Marco de Canaveses, o presidente da Distrital do Porto do PSD e vice-presidente do partido, Marco António Costa, se insurgiu contra "esta discriminação negativa do país em benefício da capital".



Notícias do Algarve

Mendes Bota questiona aplicação do mapa judiciário na região

O deputado algarvio Mendes Bota questionou o ministro da Justiça sobre a aplicação do mapa judiciário no Algarve, designadamente, sobre o cumprimento dos prazos prometidos pelo Governo para a implementação das Comarcas do Barlavento e do Sotavento e do Tribunal da Relação de Faro.

Mendes Bota pretende saber se se confirma a implementação das Comarcas do Barlavento e do Sotavento Algarvio na fase 1 - Setembro 2011; a concretização do Tribunal da Relação de Faro na mesma fase 1 - Setembro de 2011; e a distribuição dos juízos previstos para as Comarcas do Barlavento e do Sotavento

Algarvio, bem como do quadro de magistrados (judiciais e do Ministério Público) e de funcionários previsto para essas duas Comarcas.

Recorde-se que recentemente o secretário de Estado da Justiça, João Correia, anunciou que as duas comarcas algarvias seriam concretizadas até

Setembro de 2011, anunciando igualmente a concretização do Tribunal da Relação de Faro.

Eurodeputada do PSD visita Timor-Leste e encontra-se com Ramos Horta



A Eurodeputada do PSD, Maria da Graça Carvalho, visitou, durante alguns dias, Timor-Leste, na qualidade de Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da Assembleia Paritária ACP-UE.

Maria da Graça Carvalho, debateu com autoridades Timorenses as estratégias de desenvolvimento

no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento-FED, assuntos políticos de interesse para a UE e para Timor, como por exemplo a situação na Birmânia, as estratégias regionais de Timor como membro da ACP e da ASEAN.

Ponto alto desta visita foi a reunião que teve lugar com o Presidente Ramos Horta. Esta visita de Graça Carvalho

enquadra-se numa série de outras iniciativas que visam a preparação da visita do Presidente Ramos Horta ao Parlamento Europeu que deverá ter lugar em Outubro próximo.

Marques Duarte, correspondente do PL

José Manuel Fernandes desafia Comissão Europeia a adoptar uma estratégia europeia de prevenção dos fogos florestais

O Eurodeputado do PSD considera inaceitável que alguns Estados Membros, como é o caso de Portugal, “não disponham de um cadastro florestal, nem de registos e mapas florestais adequados”.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes interpelou a Comissão Europeia sobre os incêndios florestais de Verão, lançando o desafio para a adopção de uma estratégia europeia de prevenção, para a qual realça a necessidade de legislação que assegure a gestão adequada das florestas.

Nesta estratégia europeia, o Eurodeputado defende mesmo que os estados-membros devem ser “obrigados a possuírem cadastro e mapas florestais adequados”, a par de outras medidas que reforcem o combate à desertificação do mundo rural e ajudem a rentabilizar a gestão e a limpeza das florestas.

Em pergunta prioritária à Comissão, o Eurodeputado do PSD salienta que “só este ano, em Portugal, a área ardida é superior a 100.000 hectares”. E destaca que numa área protegida como o Parque Nacional da Peneda-Gerês arderam 8.162 hectares durante o mês de Agosto, o que corresponde a 11,7 por cento da área total protegida.

Alertando para os impactos negativos dos incêndios e o agravamento dos riscos por causa das alterações climáticas, José Manuel Fernandes lamenta a falta de investimentos na prevenção, até porque seria bem mais eficiente que as verbas gastas na reacção às catástrofes, como acontece através do Fundo de Solidariedade, fossem aplicadas em acções de prevenção.

“É evidente que a ausência de uma estratégia para a floresta leva à existência de manchas enormes com a mesma espécie e plantações de árvores de espécies a evitar, o que contribui para os incêndios”, sustenta, sublinhando ainda que “as alterações climáticas vão certamente agravar os riscos de incêndio”. Para

José Manuel Fernandes, é inaceitável que alguns Estados-Membros, como é o caso de Portugal, “não disponham de um cadastro florestal, nem de registos e mapas florestais adequados”.

“Como é que se pode gerir o que não se conhece?”, questiona o Eurodeputado.

No seu entender, “a prevenção das florestas deve ter uma resposta à escala europeia de forma a propiciar coordenação e cooperação, até porque os efeitos ambientais negativos são globais”. Por isso, estranha que não exista “nenhuma legislação comunitária relativa à prevenção dos incêndios florestais”.

Na interpelação à Comissão, o Eurodeputado frisa que “as catástrofes recorrentes” provocadas pelos incêndios, onde há a lamentar a perda de vidas humanas, “destroem património natural e cultural, levam a danos irrecuperáveis no que diz respeito à biodiversidade, destroem infra-estruturas e agudizam os problemas ambientais”. Estes efeitos levam ainda ao agravamento dos problemas económicos e sociais das áreas afectadas.

Por outro lado, José Manuel Fernandes constata que “muitos destes incêndios são o resultado da desertificação e da ausência de políticas para o mundo rural”. Depois, os incêndios acabam por “agravar ainda mais essa desertificação”. Por isso, questiona se a comissão está “disposta a intensificar os programas de apoio ao mundo rural de modo a que se combata a desertificação”.

O Eurodeputado do PSD pretende ainda que a comissão apoie “estudos de viabilidade para a instalação de centrais de biomassa devidamente dimensionadas, de modo a que sirvam, em simultâneo, os objectivos de produção de energia renovável e a limpeza das florestas”. -

Marques Duarte



“Somos Todos Portugal”

JSD organizou encontro com jovens das comunidades portuguesas no estrangeiro



A Juventude Social Democrata organizou no dia 17 de Agosto, na sede nacional do PSD, um Encontro-Debate com jovens representantes das Comunidades Portuguesas no estrangeiro sob o tema “Somos Todos Portugal”. Esta iniciativa contou com a presença do Presidente da JSD, Pedro Rodrigues, e do Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas.

Aproveitando a presença em Portugal de jovens portugueses residentes no estrangeiro, pretendeu-se debater o papel das Comunidades Portuguesas no Mundo e conhecer os desafios que enfrentam no dia-a-dia, promovendo a troca de experiências.

Foi ainda objectivo da JSD, com esta conferência, discutir os principais aspectos a apresentar às autoridades nacionais com vista ao melhoramento da relação entre Comunidades Portuguesas e Portugal.

A JSD e o PSD reconhecem o papel fundamental que as Comunidades Portuguesas têm para o desenvolvimento do nosso País e para a defesa dos nossos valores e da nossa cultura em todo o Mundo.

Cada português a viver no estrangeiro é um Embaixador de Portugal!

O Encontro

A JSD promoveu este encontro debate com jovens das comunidades portuguesas no Mundo, com o objectivo de ouvir, em primeira voz, dificuldades que enfrentam os cidadãos portugueses na diáspora.

A iniciativa organizada pela Juventude Social Democrata, assumiu como lema “Somos Todos Portugal”, contou com a presença de cerca de duas

dezenas de jovens, bem como do Presidente da JSD, Pedro Rodrigues, do Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas, do Vice-Presidente da JSD e da Juventude do Partido Popular Europeu, Duarte Marques, e da Directora do Gabinete de Relações Internacionais da JSD, Ana Janine.

Durante aproximadamente duas horas, escutaram-se relatos de jovens que residem fora de Portugal por diferentes motivos, mas que são unânimes no testemunho do abandono a que as Comunidades Portuguesas são vetadas por parte do Governo Central. Mais investimento no ensino da língua e promoção da cultura portuguesa, embaixadas e consulados que efectivamente resolvam os problemas dos cidadãos portugueses e cujos funcionários falem português, uma representação diplomática das comunidades mais activa perante os governos de acolhimento foram algumas das reivindicações que deixaram no ar.

Estiveram também presentes alguns jovens que vivem as consequências da emigração de outra perspectiva, aqueles que por força dos pais viverem no estrangeiro estão hoje ao cuidado dos avós e da família, ou outros que por dificuldades culturais regressaram do estrangeiro.

Ouviram-se ainda narrativas sobre como, em diversos pontos do globo, as Comunidades por mote próprio se organizam e afirmam na sociedade que as acolhe.

Miguel Relvas reconhece importância e o papel determinante das comunidades portuguesas no estrangeiro

Miguel Relvas, Secretário-Geral do PSD, reconheceu a importância e o papel determinante das comunidades portuguesas no estrangeiro, como verdadeiros “embaixadores de Portugal” e transmitiu uma mensagem de esperança num futuro mais risonho para o nosso país. O PSD é hoje uma alternativa em que os portugueses confiam, afirmou o Secretário-Geral do PSD. Na sua intervenção, Miguel Relvas mostrou aos jovens emigrantes uma imagem de simpatia e confiança num futuro melhor para todos.

Na sua intervenção o presidente da JSD acusou o Governo de “desprezo” pelas preocupações da juventude, nomeadamente pelo desemprego que força os jovens a saírem do país.

“Tem-se sentido da parte do Governo do Partido Socialista, do engenheiro Sócrates, um desprezo enorme relativamente àquelas que são as reais preocupações e ambições da juventude”, afirmou Pedro Rodrigues, na sede do PSD, em Lisboa.

Neste encontro, foi uma vez mais sublinhado que “a taxa de desemprego jovem em Portugal atinge os 22,2 por cento, com 60 mil jovens licenciados no desemprego, o que força os jovens portugueses a encontrar soluções fora do país”.



Mais do que uma reunião, este encontro representou a pedra de lançamento de um projecto que se inicia agora, e ao qual o PSD se associou. Sempre sob o lema “Somos Todos Portugal”, e reconhecendo o papel fundamental que as Comunidades Portuguesas têm para o desenvolvimento do nosso país e para a defesa dos nossos valores e da nossa cultura em todo o Mundo, a JSD pretende aprofundar a ligação com os jovens das Comunidades facilitando a sua participação na vida política do nosso país.

É necessário permitir às Comunidades Portuguesas que exerçam a sua cidadania, porque acima de tudo, “Somos Todos Portugal”. - JSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOUTIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcoutim, para reunir no próximo dia 09 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 18h00, no Castelo de Alcoutim, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 24 de Setembro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h15, na sede, sita na Rua D. João de Castro, nº 2, D (loja), na Freguesia de Santo André, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da situação política local

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 15 de Outubro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua D. João de Castro, nº 2, D (loja), na Freguesia de Santo André, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política de Secção

2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

BEJA / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do distrito de Beja para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas secções no próximo dia 09 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 15h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único:

Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

Eleição da Comissão Política Permanente Distrital

Eleição do Conselho de Jurisdição
Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

Notas:

- As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (6 de Outubro de 2010), encontrando-se a sede, nesse dia, aberta para o efeito, até às 24h00 horas;

- As urnas estarão abertas, em cada secção, das 15h00 às 20h00

As listas candidatas a Delegados de Secção, deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo as respectivas sedes estar abertas para o mesmo efeito.

- Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes:

ALJUSTREL - Rua Morais Sarmiento, 22 - Castro Verde

ALMODOVAR - Rua Pequena - Apart. 49

ALVITO - Rua do Penedo, 10

BARRANCOS - Rua Santana e Costa, 51 - Moura

BEJA - Praça da República, 17 - 1º

CASTRO VERDE - Rua Morais Sarmiento, 22

CUBA - Rua do Penedo, 10 - Alvito

FERREIRA DO ALENTEJO - Rua Conselheiro Júlio de Vilhena, 9

MÉRTOLA - Rua Pequena - Apart. 49 - Almodovar

MOURA - Rua Santana e Costa, 51

ODEMIRA - Rua Serpa Pinto, 2

OURIQUE - Rua Dr. Vergílio Saque, 36

SERPA - Largo do Rossio, 28

VIDIGUEIRA - Rua do Penedo, 10 Alvito

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir no próximo dia 11 de Setembro de 2010 (sábado), pelas 14h30, no Salão da Junta de Freguesia de Santa Maria, no Bairro de Mendeiros, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Situação política

3 - Assuntos diversos

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 02 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 16h00, na sede sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação político - partidária

2 - Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção

3 - Outros assuntos de interesse

FARO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do distrito de Faro para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas secções no próximo dia 09 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 18h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:
Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital, da Comissão Permanente Distrital, do Conselho de Jurisdição Distrital e dos Delegados à Assembleia Distrital.

Notas:
- As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (6 de Outubro de 2010), encontrando-se a sede, nesse dia,

aberta para o efeito, das 21h00 às 24h00 horas;

- As urnas estarão abertas, em cada secção, das 18h00 às 23h00

As listas candidatas a Delegados de Secção, deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção, ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes

ALBUFEIRA - Sede do PSD, Est. Vale da Pedra, Ed. Palmeira, 1º J

ALJEZUR - Sede do PSD, R. Francisco Gomes Avelar nº 12-A

FARO - Sede do PSD, R. Vasco da Gama, nº 54, 1º Dto

LAGOA - Sede do PSD, R. Joaquim Eugénio Júdice, nº3, 1º Esq.;

LAGOS - Sede do PSD, R. do Soeiro da Costa nº 48-50

LOULÉ - Sede do PSD, R. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº1

MONCHIQUE - Sede do PSD, R. Dr. Francisco Gomes de Avelar, nº 7, 1º

OLHÃO - Sede do PSD, Av. Dr. Francisco Sá Carneiro nº23, R/c Dto

PORTIMÃO - Sede do PSD, R. Machado dos Santos, nº 17;

S. B. DE ALPORTEL - Sede do PSD, R. Poeta Bernardo Passos, nº29

SILVES - Sede do PSD, R. Cândido dos Reis, LT C, Loja B

TAVIRA - Sede do PSD, R. Dr. Silvestre Falcão, LT 4, Loja J

VILA DO BISPO - Sede do PSD, R. Carlos Luis Correia Matoso nº 16, 1º

V. REAL DE STº ANTÓNIO - Sede do PSD, R. Cândido dos Reis nº98

1. Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de ALCOUTIM exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, no Auditório do Castelo de Alcoutim;

2. Não existindo sede do PSD, os militantes inscritos na Secção de CASTRO MARIM exercerão os seus direitos e deveres inerentes a este acto eleitoral, nos mesmos termos e nos mesmos prazos definidos nas Notas anteriores, no Restaurante TÍPICO GIRASOL, sito no sítio do Pobre Rico, em Altura;

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 24 de Setembro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Marquês de Pombal, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise e discussão da situação política

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa, para reunir no próximo dia 09 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 18h00, na sede da Secção, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 17 de Setembro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h00, na Casa do Povo de Fornos, sita na Av. Sá Carneiro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações sobre actividades da comissão política
- 2 – Análise da situação política

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir no próximo dia 17 de Setembro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Análise da situação política

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir no próximo dia 09 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 18h00, na sede da Secção, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dtº., com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos políticos da Secção - Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede encontra-se aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Azeméis, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Azeméis, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2010 (sexta-feira), pelas 18h00, na sede da Secção, sita no Jardim Dr. Diniz Vieira, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

PARANHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Paranhos, da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2010, (sexta-feira) pelas 18h00 na Sede do Núcleo, sito na Rua do Campo Lindo, nº 63, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Paranhos, do PSD.

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa

substituir, na Sede do Núcleo de Paranhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

PAREDES ORIENTE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Paredes Oriente, para reunir no próximo dia 17 de Setembro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede do Núcleo, sito na Rua São Cristóvão – loteamento da Cruz, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Análise da situação política actual

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2010 (Sexta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 – Educação

3 – Análise da situação política nacional e local

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 20 de Setembro de 2010 (segunda-feira), pelas 21h30, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Av. da Boavista, 4245, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Discussão e aprovação do Relatório e Contas referentes ao ano de 2009

3 – Discussão e aprovação do Orçamento de 2010

4 - Análise da situação política

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Porte de Mós, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2010 (Sexta-feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita junto a Biblioteca Nacional, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

1 – Apresentação das listas de candidatura à Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

2 – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, neste caso o Vice-Presidente Snr. José Santo, na residência sita na Cruz da Léguas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sernancelhe, para reunir no próximo dia 09 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 20h00, na sede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a

Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 16 de Setembro de 2010 (quinta-feira), pelas 18h30, na sede, sita na Rua do Casal, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Análise a situação político-partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver na Secção, com a perspectiva de uma deslocação do líder do Partido a Sever do Vouga

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2010, (quinta-feira) pelas 21h00, na Sede sita na Rua 9 de Abril, 1, 3º Dto., Torres Vedras com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Torres Vedras.

Notas:

As listas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 21h00 horas às 23h00.

VALONGO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valongo, para reunir no próximo dia 24 de Setembro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h30, no Museu Municipal de Valongo, sito na Rua S. Mamede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Análise da situação política

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2010 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Acta da última reunião

2 – Análise da situação política

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 13 de Setembro de 2010 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Análise da situação política partidária

**ALCOBAÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Alcobaca, da JSD, para reunir no dia 18 de Setembro de 2010, pelas 18 horas, na Sede do PSD/Alcobaca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Alcobaca

(José Rafael CSB Rodrigues)

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Alcobaça, da JSD, para reunir no dia 8 de Outubro de 2010, pelas 22 horas, na Sede do PSD/Alcobaça, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção de Alcobaça.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 24 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Alcobaça

(José Rafael CSB Rodrigues)

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Extraordinário da Secção de Alcochete, para o próximo dia 11 de Outubro de 2010, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua do Paço, n.º 11 – 1.º andar, em Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e respectiva Mesa do Plenário.

Notas:

1 – A votação decorrerá das 21h00 às 22 horas.

2 – As listas terão que ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia de Alcochete.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal (David Campos) (938 666 463)

ALGÉS/CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD de Algés/Carnaxide para reunião a realizar no próximo dia 19 de Setembro de 2010, pelas 19 horas, na Sede do PSD de Algés, sita na Rua Carolina Michaelis, Lote 37-B, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da Situação Política;

2 – Outros Assuntos.

Mais se informa que havendo falta de quórum à hora marcada para o início dos trabalhos, e de acordo com o Artigo 31º dos Estatutos Nacionais da JSD, os mesmos se iniciarão às 19 horas e 30 minutos, com qualquer número de presenças.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Algés/Carnaxide

(Fernando Paulo dos Santos)

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar Plenário Eleitoral da Secção da JSD/Cartaxo para o dia 8 de Outubro de 2010, das 21h às 22h00m, na morada Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1.º direito, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Cartaxo.

Notas:

a)As listas deverão ser entregues na Sede do PSD Cartaxo, ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Cartaxo ou a quem o possa estatutariamente substituir.

b)Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD Cartaxo (João Heitor)

CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o

Conselho Distrital da JSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 16 de Setembro de 2010 (quinta-feira), pelas 21h30m, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da situação política;

3 – Discussão temática sobre comportamentos de risco (com início pelas 22h30m).

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Filipe Carraco dos Reis)

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar Plenário Eleitoral da Secção da JSD/Golegã para o dia 9 de Outubro de 2010, das 17h às 18h30m, na morada Rua da Praça Azinhaga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Golegã.

Notas:

a)As listas deverão ser entregues na Sede Distrital do PSD/Santarém, ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Cartaxo ou a quem o possa estatutariamente substituir.

b)Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais e demais regulamentos em vigor da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Santarém

(Duarte Marques)

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da Marinha Grande, para reunir no dia 16 de Outubro de 2010, pelas 18 horas, na Sede da Secção, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 72, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de militantes.

Notas:

- As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas;

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede da Secção, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 72, Marinha Grande, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente de Mesa

(Joana Fortunato)

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim, para reunirem em Plenário no dia 21 de Setembro de 2010, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD/Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação do Plano de Actividades para o último trimestre de 2010;

2 – Análise da Situação Política Local;

3 – Análise da Situação Política Nacional;

4 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário Concelhio

(João Pinheiro Costa)

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Pombal, para reunir no dia 23 de Outubro de 2010, pelas 14 horas, na Sede da Secção de Pombal, sita na Rua Dr. Luís Torres, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de Militantes.

Notas:

- As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas;

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede da Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa

(Nelson Pedrosa)

NÚCLEO DE PARANHOS – PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes do Núcleo da JSD de Paranhos, da Secção do Porto para reunir no próximo dia 8 de Outubro de 2010, pelas 18 horas, na Sede do Núcleo, sita na Rua de Campo Lindo, n.º 63, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo da JSD de Paranhos.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 23 horas;

As listas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede do Núcleo de Paranhos, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

O Presidente da Mesa do Plenário

(Álvaro Joaquim Vieira dos Santos)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo do Artigo 96.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da JSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 17 de Setembro de 2010, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política local, distrital e nacional;

3 – Iniciativas da JSD de Ponte de Lima;

4 – Discussão de tema(s) para Assembleia Municipal;

5 – Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário

(Clara Alexandra Magalhães da Rocha)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Faro, para reunir no próximo dia 9 de Outubro de 2010 (sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD/Faro, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Dtº, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/Faro;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD/Faro.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário de Secção, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição;

2 – As urnas estarão abertas por um período de 3 horas;

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

A Presidente da Mesa do Plenário

(Filipa Correia da Silva)